

As ações de manejo a serem executadas em uma Unidade de Conservação (UC) estão diretamente associadas ao grau de conhecimento do uso da terra e das atividades desenvolvidas no município e nas áreas de entorno. A caracterização da **Zona de Amortecimento** e da **Área de Influência** do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) possibilita a identificação das ameaças e oportunidades que o entorno oferece à UC e a avaliação desses processos para futuras ações de manejo.

A presente abordagem visa caracterizar os municípios das chamadas Zonas de Amortecimento e Área de Influência sob os aspectos sócio-econômicos, de modo a orientar as atividades locais para proteção da biodiversidade.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA E DA ZONA DE AMORTECIMENTO

Caracteriza-se como Área de Influência aquela que exerce relações com a Unidade de Conservação, considerando-se principalmente os municípios da micro-região e as micro-bacias onde a mesma está inserida, bem como quaisquer outras áreas onde fatores intrínsecos interfiram na Unidade ou que a Unidade possa interferir sobre os mesmos.

A área de influência do Parque abrange 06 (seis) municípios do litoral oriental maranhense cujas atividades e programas de desenvolvimento podem ter repercussão direta ou indireta na UC (Tabela 4.1). Utilizou-se como critério de seleção os municípios da região que possuem micro-bacias que drenam para o interior do PNLM. Três desses municípios estão inseridos parcialmente dentro do Parque: Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz.

Tabela 4.1 - Municípios que compõem o PNLM e seu entorno.

| Município | População (hab) |
|--------------------|------------------------|
| Barreirinhas | 39.260 |
| Santo Amaro | 9.663 |
| Primeira Cruz | 10.668 |
| Humberto de Campos | 21.265 |
| Paulino Neves | 11.517 |
| Tutóia | 37.720 |
| Total | 130.093 |

A Lei nº 9.985 que instituiu o SNUC, estabelece que Zona de Amortecimento é “o entorno de uma Unidade de Conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (inciso XVIII, artigo 2º).

A Zona de Amortecimento (ZA) do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) possui uma área de 4.232,31km², exclui as sedes municipais de Barreirinhas, Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão, mas inclui de oeste para leste duas APA's: Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças e Foz do rio Preguiças/Pequenos Lençóis/Região Lagunar Adjacente. Nos seus limites estão incluídas parte dos municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Barreirinhas.

Na região de Primeira Cruz a ZA abrange áreas com restinga, planície flúvio-marinha (manguezal, campos inundáveis e apicum), campo de dunas fixas, tabuleiros rebaixados, nascentes e foz dos rios Mirim, Miritibinha, Mananzaro, Velho e do Alegre, os quais convergem para a foz do rio Peria que, por sua vez, atua como limite natural entre essa municipalidade e a de Humberto de Campos. Esta última possui os mesmos ambientes que Primeira Cruz, sendo que no setor sul o limite natural é o rio Ribeira com expressiva mata

ciliar. Nesta área, portanto, a ZA é delimitada fisicamente pelos rios Peria, a oeste, e Marciano, a leste; ao norte com o limite do PNLM; e ao sul com a rodovia MA-402.

Nas proximidades de Santo Amaro do Maranhão, a Zona de Amortecimento tem como limite oeste o rio Queixada e o lago de Santo Amaro enquanto que a leste está o rio Negro, ao norte o PNLM e ao sul a rodovia MA-402 e a nascente do rio Bacabinha. Nessa área predomina campo de dunas móveis e principalmente fixas, tabuleiros rebaixados, restinga e cursos d'água que a drenam em direção ao interior da UC, a exemplo do rio Grande e seus 15 afluentes, além de outros 6 que contribuem para o rio Negro. Verifica-se, ainda, a presença de campos de restinga nas proximidades da sede de Santo Amaro do Maranhão, assim como mata ciliar e áreas de culturas de subsistência.

Na região de Barreirinhas a Zona de Amortecimento é delimitada pelo rio Negro a oeste; o rio Preguiças a leste; a rodovia MA-402 e a nascente do riacho Mirinzal a sul; o limite do Parque e o Oceano Atlântico, ao norte. Nessa área ocorrem praia arenosa, planície de deflação eólica, campo de dunas fixas e tabuleiro rebaixado além de restinga, seguida por campos inundáveis, mata ciliar e áreas destinadas às culturas de subsistência, bem como franjas de manguezais próximas ao povoado de Mandacaru. A referida área tem uma significada rede de drenagem representada pelos rios Preguiças, Juçaral, Maçangano, Sucuriju e demais cursos d'água.

No Oceano Atlântico, a ZA equivale a 10km a partir do limite do Parque no mar, incluindo o trecho que vai da foz do rio Peria/Barra dos Veados, a oeste, até sua projeção após a localidade de Caburé o que inclui parte da foz do rio Preguiças, a leste. Compreende o setor norte dos municípios de Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Barreirinhas onde são praticadas a pesca artesanal pela população local e a pesca de arrastão por empresas do ramo.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA E DA ZONA DE AMORTECIMENTO

4.2.1 Descrição da área de influência e da zona de amortecimento

A área constituída pelo conjunto dos municípios do entorno apresenta uma considerável rede hidrográfica composta por pequenos rios que desagüam em direção ao Parque (Figura 4.1). O padrão de drenagem faz com que as atividades humanas desenvolvidas nas adjacências e nesses cursos d'água tenham influência direta ou indireta sobre o PNLM, principalmente àquelas referentes à utilização de agrotóxicos, erosão e sedimentação dos corpos d'água.

A geomorfologia distingue-se por apresentar relevo suavemente rebaixado, predominantemente aplainado, no qual são reconhecidas primordialmente duas grandes unidades naturais perfeitamente caracterizadas, representadas pelos campos de deflação (Regressão Pré-Flandriana) e Lençóis Maranhenses (Transgressão Flandriana).

Apresenta clima tropical megatérmico, muito quente, úmido a sub-úmido, com precipitações distribuídas em dois períodos sazonais distintos ao longo do ano. As temperaturas médias situam-se entre 26 e 27°C, com temperaturas máximas que podem alcançar 38°C, enquanto a precipitação anual situa-se entre 1.600 e 1.800mm.

Os solos são predominantemente arenosos, representados pelas areias quartzosas marinhas que no litoral se distribuem amplamente, constituindo um importante campo de dunas móveis (Lençóis Maranhenses). Nesta porção da área são registradas também pequenas ocorrências localizadas de solos indiscriminados de mangues. No restante da área, em direção ao continente, são encontradas areias quartzosas, associadas ou não a manchas de solos concrecionários lateríticos, latossolos e solos podzólicos.

Figura 4.1 – Mapa da área de influência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Essa região, de modo geral, é banhada por rios que fazem parte das Pequenas Bacias do Norte, estando limitada à oeste, pelo curso do rio Peria e seus contribuintes pela margem direita, principalmente o rio São Bernardo; e, a leste, pelo curso do rio Preguiças e seus contribuintes pela margem esquerda, principalmente o rio Cocal.

No conjunto da drenagem natural da região, destaca-se ainda a bacia do rio Grande ou Alegre e a bacia do rio Negro, encontradas aproximadamente no centro da área.

A cobertura vegetal reconhecida para esta porção da região, está representada principalmente pela vegetação de dunas e restingas que predominam ao norte e a oeste. Em pequenas densidades encontram-se, também, formações de floresta, cerrado e caatinga que constituem um complexa transição da vegetação que se estende ao sul e ao sudeste da área.

No continente, merece registro a mata ciliar, de modo geral, encontrada confinada à zona das margens dos corpos d'água (rios e áreas inundáveis), enquanto no litoral é observada a presença localizada da vegetação dos mangues, associada à desembocadura do rio Peria a noroeste e do rio Preguiças a nordeste.

4.2.1.1 Formação dos municípios

Historicamente, os municípios que compõem a área de influência do Parque surgiram a partir da fixação e desmembramento de povoados nas margens dos rios, os quais foram evoluindo até conseguirem ser categorizados como municípios autônomos. O município mais antigo é Humberto de Campos, cujo marco de ocupação data de 1612 com a chegada da expedição de Daniel de La Touche, na Ilha de Upaon-Mirim, posteriormente denominada Santana. Até alcançar o status de município, a região recebeu as denominações de São José do Peria e Miritiba. A lei estadual nº 743 de 13 de dezembro de 1934 mudou o nome Miritiba para Humberto de Campos, em homenagem ao grande escritor brasileiro que nasceu na região.

O município de Primeira Cruz, criado no dia 28 de julho de 1947, foi desmembrado do município de Humberto de Campos e a emancipação comemorada no dia 16 de outubro de 1947, data consagrada ao aniversário de Primeira Cruz. Distante 98km de São Luís, a cidade serviu como base de colonização dos expedicionários portugueses, no período de 14 a 22 de outubro de 1614, quando ali se instalaram provisoriamente para reconquistar São Luís. Nesta época, teve erigida uma cruz que originou o nome do município.

Santo Amaro do Maranhão foi estabelecido com a chegada dos jesuítas provenientes de Tutóia, onde foram expulsos pela prática de grilagem. Assentados na região dominada por restingas, os jesuítas se fixaram nas dunas, permanecendo neste local até o falecimento do jesuíta mais antigo, chamado Amaro. Assim, denominaram a região de Santo Amaro, em sua homenagem.

Com o desmembramento do município de Primeira Cruz, o povoado de Santo Amaro foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 6.197 de 10 de novembro de 1994.

O município de Barreirinhas tem seu nome em alusão às barreiras de argila observadas nas margens do rio Preguiças, que chegam a atingir cerca de 10 a 20m de altura, as quais são envoltas por dunas de areias. O nome Barreirinhas foi oficializado em fins do século XVIII, recebendo oficialmente esse título no dia 10 de outubro de 1835. A Lei provincial nº 951, de 14 de junho de 1871, elevou Barreirinhas à categoria de Vila, alcançando o status de município em 29 de março de 1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 45.

O município de Paulino Neves, antigo povoado de Rio Novo, teve sua ocupação associada com o povoamento das margens do lago Taboa. O nome Paulino Neves representa uma homenagem a um coronel latifundiário do município de Tutóia, que dirigiu este município

durante várias décadas. Sua criação foi efetivada pela Lei Estadual nº 6.195 de 10 de novembro de 1994.

O espaço territorial onde está localizado o município de Tutóia, surgiu a partir de ocupações à margem do Rio Tutóia, que nasce no município de Araiões e deságua no Rio Parnaíba. Os primeiros habitantes do lugar foram os índios Tremembés e pescadores nômades que circulavam pela região à procura de ovos de gaivotas. Algum tempo depois, vários habitantes da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba resolveram transferir-se para as proximidades do povoado, instalando fazendas de criação bovina e eqüina.

Com a implantação de um porto, o povoado foi elevado à categoria de vila em 1º de agosto de 1758, em ato assinado pelo governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza, recebendo o nome de Vila Viçosa.

4.2.2 Uso e ocupação do solo e principais atividades econômicas

As categorias de uso e cobertura da terra obtidas para o PNLM e zona de amortecimento foram reconhecidas a partir da forma e textura. Os usos identificados foram reclassificados tendo em vista o desempenho mínimo de 95%. Convém destacar que por uso da terra se entende a “utilização cultural” e a cobertura da terra refere-se ao “revestimento” (NOVO, 1993).

As formas de ocupação e uso do solo observadas na região do entorno do Parque foram analisadas considerando a atividade econômica desenvolvida em cada zona (rural e urbana), segundo a vocação natural determinada pela combinação de elementos que formam o meio e a concentração e forma de organização dos assentamentos humanos (Figura 4.2).

De acordo com este estudo, na zona rural, a ocupação ocorre de forma descontínua, em pequenas propriedades, predominando aquelas cuja área é inferior a 10ha ou em pequenos aglomerados que caracterizam os povoados locais. Essas moradias são distribuídas principalmente acompanhando as margens dos cursos d’água naturais dispostos ao longo da malha hidrográfica.

No campo são desenvolvidas, predominantemente, as atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas. No litoral, observa-se a presença de uma atividade pesqueira artesanal, além da produção de sal mineral. A ocupação e uso do solo para fins agrícolas e pecuários é quase sempre praticada de forma extensiva, com o emprego de técnicas rudimentares, favorecendo o baixo rendimento do aproveitamento do potencial dos recursos naturais.

Humberto de Campos

O município de Humberto de Campos localiza-se na microrregião dos Lençóis Maranhenses, distando em linha reta, 84km de São Luís e possuindo uma área de 2.424,10km².

As principais atividades econômicas do município são a pesca e a agricultura. Desenvolvida artesanalmente, a pesca se processa pelos métodos tradicionais e serve para o consumo local, além de ser exportada para outros municípios, a exemplo de Urbano Santos e São Benedito do Rio Preto.

A agricultura é itinerante, praticada ainda com métodos tradicionais sem nenhuma tecnologia e aplicação de insumos. Toda esta atividade está sob a responsabilidade do pequeno produtor, principalmente aquele que não possui terras, não tendo, portanto, acesso a financiamentos bancários.

Figura 4.2 – Mapa de uso e cobertura da terra do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e zona de amortecimento.

A produção está direcionada para a subsistência, tendo como principais produtos a mandioca, o feijão, o milho, o arroz, além de outros menos importantes como pode ser observado na Tabela 4.2.

A produção de 1996 (último censo agropecuário) foi de 6.219 toneladas, cultivadas numa área total de 2.120ha. Do total da produção, a mandioca contribuiu com 88,6%, o milho com 8,1%, o feijão com 1,5%; os demais produtos mostraram produção inexpressiva.

Com respeito à área plantada/cultivada, a mandioca ocupou 43,3%, o milho 33,7% e o feijão 17,9%, enquanto os demais produtos ocuparam uma área pouco significativa. A falta de tecnologia e insumos foi a responsável pela pequena produtividade.

Tabela 4.2 - Produção agrícola, segundo a área plantada/colhida em 1996.

| Produto | Área Plantada/ Colhida (ha) | Produção (t) | Produtividade |
|------------------|--------------------------------|--------------|---------------|
| Arroz | 30 | 24 | 0,80 |
| Feijão | 380 | 96 | 0,25 |
| Mandioca | 918 | 5.508 | 6,00 |
| Melancia | 4 | 15 | 3,75 |
| Milho | 715 | 502 | 0,70 |
| Banana | 6 | 4 | 0,67 |
| Castanha de caju | 36 | 10 | 0,28 |
| Coco-da-praia | 31 | 60 | 1,93 |
| Total | 2.120 | 6.219 | 14,38 |

Fonte: IBGE (1996)

A área do município ocupada com estabelecimentos agrícolas em 1996 foi de 7.747ha, distribuídos em 1.352 estabelecimentos (Tabela 4.3). Nesta tabela, pode-se observar que 75% da área agrícola estavam com proprietários, 0,83% com arrendatários, 3,4% com parceiros e 20,8% com ocupantes. Quanto aos estabelecimentos, 38,1% eram de proprietários, 3,6% estavam arrendados, 0,9% cedidos por parceria e 57,4% eram ocupantes.

Levando em consideração que no município as terras devolutas não são cobradas e que as parcerias e os arrendamentos sempre se processaram em terras de propriedade privada, registra-se, como é comum em todo o Estado, uma certa concentração de terras, em função de um menor número de proprietários que, conseqüentemente, detêm o maior percentual das terras agrícolas.

Tabela 4.3 - Estabelecimentos agrícolas por tipo de ocupação de área em 1996.

| Tipo de ocupação | Estabelecimento | Área (ha) |
|------------------|-----------------|--------------|
| Proprietário | 515 | 5.808 |
| Arrendatário | 49 | 65 |
| Parceiro | 12 | 262 |
| Ocupante | 776 | 1.612 |
| Total | 1352 | 7.747 |

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

Quanto à distribuição das terras agrícolas, a área registrada era de 6.988ha, dos quais 6,4% estavam ocupados com agricultura temporária, 29,3% com agricultura permanente, 26,7%, com pastagem natural, 2,1% eram terras em descanso, 18,5% eram matas e/ou florestas naturais, 0,1% matas e/ou florestas plantadas e 16,9% terras produtivas não utilizadas. (Tabela 4.4).

Na suposição de que os informantes catalogados pelo IBGE representem ocupantes ou proprietários de referidas terras, os quais, ao todo são 2.025 pessoas, 7,4% ocupam o espaço com a agricultura temporária, 61,2% com a agricultura permanente, 10,9% com pastagem natural, 4,4% detêm parte de suas terras em descanso, 6,9% conservam matas e/ou florestas naturais, 0,04% reflorestaram parte de suas áreas, enquanto, 9,2% tem terras produtivas não utilizadas, isto é, áreas que não produzem e que podem estar sendo mantidas como reserva de capital.

Tabela 4.4 - Distribuição das terras agrícolas.

| Atividade | Área (ha) | Informante |
|----------------------------------|------------------|-------------------|
| Agricultura | | |
| Temporária | 448 | 150 |
| Permanente | 2.045 | 1.239 |
| Pastagem Natural | 1.867 | 221 |
| Terras em descanso | 149 | 90 |
| Matas e Florestas | | |
| Natural | 1.296 | 139 |
| Plantada | 1 | 1 |
| Terras produtivas não utilizadas | 1.182 | 186 |
| Total | 6.988 | 2025 |

Fonte: IBGE (1996).

Primeira Cruz

A ocupação do espaço teve origem durante a passagem do desbravador português Jerônimo de Albuquerque, que ali permaneceu durante 09 dias, quando se dirigia com toda a sua companhia para combater os franceses na Ilha do Maranhão.

Com uma extensão de 1.717,4km², o município de Primeira Cruz está localizado na Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião dos Lençóis Maranhenses.

A análise dos dados de 1996 mostrou que em Primeira Cruz a área com estabelecimentos agrários foi 21.262ha, dos quais 91,2% estavam com os proprietários, 0,3% com arrendatários e 8,5% com ocupantes. Não foi registrada a presença de parceiro.

Do total de estabelecimentos 35,1% eram de proprietários, 5,2% de arrendatários, enquanto 59,7% estava com os ocupantes.

Comparando-se a área em poder dos ocupantes com o número de estabelecimentos destes, verifica-se a pequena produção de alimentos do município, provavelmente devido à pequena área utilizada e a impossibilidade de acesso à tecnologia. Enquanto isso, os proprietários, em número bem maior, detêm uma área muito grande, explicando não só a pequena produção, como também a grande concentração de terras (Tabela 4.5).

Tabela 4.5 - Distribuição dos estabelecimentos rurais em 1990.

| Tipo de ocupação | Estabelecimento | Área (ha) |
|-------------------------|------------------------|------------------|
| Proprietário | 504 | 19.396 |
| Arrendatário | 75 | 63 |
| Ocupante | 858 | 1.803 |
| Total | 1.437 | 21.262 |

Fonte: IBGE (1996)

Quanto à distribuição das terras agrícolas em 1996, verifica-se pela Tabela 4.6, um total de 17.216ha, dos quais, 42,1% eram destinados à agricultura temporária, 5,9% à agricultura permanente, 31,4% a pastagem natural, 0,3% à pastagem planejada, 2,2% terras em descanso, 1,3% matas e florestas naturais e 16,7% terras produtivas não utilizadas.

Tabela 4.6 - Distribuição das terras agrícolas.

| Utilização | Área (ha) | Informante |
|---------------------------------|------------------|-------------------|
| Agricultura temporária | 7.246 | 786 |
| Agricultura permanente | 1.019 | 1.074 |
| Pastagem natural | 5.403 | 80 |
| Pastagem artificial | 56 | 7 |
| Terras em descanso | 381 | 38 |
| Matas e florestas natural | 233 | 179 |
| Matas e florestas artificial | 1 | 2 |
| Terras produtivas não plantadas | 2.877 | 54 |
| Total | 17.216 | 2.225 |

Fonte: IBGE (1996)

Para esse tipo de informação, o IBGE classifica como informante, a pessoa que se supõe ser o proprietário das terras. Se assim for, estes correspondem a 2.225 pessoas, das quais 35,2% dedicam-se a agricultura temporária, 48,7% a agricultura permanente, 3,5% tem pastagens naturais, 0,3% pastagem artificial.

As terras em descanso, isto é, aquelas que ficam entre 2 a 3 anos repousando, representam 2,2%; alguns detêm áreas de reservas, dos quais 1,4% em estado natural e 0,005% com áreas replantadas. A caracterização das terras produtivas não são enquadradas como latifúndios improdutivos que representam 2,4% dos informantes.

Quanto aos campos, são áreas existentes entre a restinga e a várzea, subocupados com a criação de cabras, já que o município não tem tradição pecuária.

As atividades econômicas mais significativas, por ordem de importância, são a pesca e a agricultura. A pesca é artesanal, estuarina ou em mar aberto na qual utilizam a mesma prática que os demais municípios da região. A agricultura é principalmente voltada para a produção de alimentos.

As terras são majoritariamente de propriedade particular, enquanto a maior produção está sob a responsabilidade daqueles que não tem terra própria.

Os métodos são totalmente tradicionais, iguais aos que já eram praticados pelos indígenas, ou que foram introduzidos pelos colonizadores na época do descobrimento. O único produto que se destaca é a mandioca, para a fabricação da farinha, largamente utilizada na alimentação diária.

Toda a produção agrícola em 1996 foi de 4.089 toneladas (Tabela 4.7). Da produção, 85,6% foi de mandioca, seguida por coco-da-praia com 5,9% da produção; milho 3,8% e melancia com 5,9%. Os demais produtos obtiveram pouca produtividade, tanto em produção como em área plantada/colhida.

Os meios de sobrevivência, no município de Primeira Cruz, mormente na área rural, têm como base o setor primário. A prioridade é para a mandioca, daí decorre a expressiva produção de farinha, seguida pela produção de feijão, arroz e milho. Com estes produtos, os moradores da zona rural negociam, na base da troca, com os donos dos principais produtos da Sede, os comerciantes de peixe seco e camarão seco (Carneiro, 1998).

Tabela 4.7 - Produção agrícola, segundo a área Plantada/Colhida.

| Produto | Área plantada/colhida (ha) | Produção (t) |
|------------------|-----------------------------------|---------------------|
| Arroz | 24 | 16 |
| Feijão | 79 | 21 |
| Mandioca | 864 | 3.503 |
| Melancia | 54 | 137 |
| Milho | 270 | 156 |
| Banana | 1 | 1 |
| Castanha de caju | 42 | 12 |
| Coco-da-praia | 116 | 243 |
| Total | 1.450 | 4.089 |

Fonte: IBGE (1996).

A pecuária está limitada por pequenos rebanhos de suínos, bovinos, caprinos, asininos, eqüinos e muares.

A principal atividade de subsistência do município é a pesca cuja variedade de frutos do mar é bastante expressiva. Destacam-se como alimentos básicos o camarão, sururu, caranguejos e peixes, produtos que não só constituem a dieta dos moradores da região, como também são a principal fonte de renda, através da comercialização diária, por via marítima.

Comercializados de São José de Ribamar e São Luís, a grande produção de camarão, sururu, carne de caranguejo e peixes, imprimem importância e papel relevantes à economia do município.

Até a primeira metade da década de 60, o município de Primeira Cruz destacou-se como grande produtor de sal e cera de carnaúba, riquezas minerais que não sobreviveram nas décadas seguintes. O sal, vindo do Rio Grande do Norte, teve a preferência de mercado e a cera de carnaúba foi substituída pelo petróleo como matéria-prima.

Embora a Petrobrás tenha estado em Primeira Cruz na década de 60, e até o petróleo jorrado nos poços São João I e II no Caeté, ignoram-se os motivos por que o mesmo não foi explorado comercialmente, já que o fato foi tão divulgado, alardeando-se até tratar-se da maior bacia petrolífera do país, o que atraiu a atenção do então presidente da República, Marechal Castelo Branco, que veio a Primeira Cruz e esteve em Caeté e São João.

No setor secundário, prepondera o artesanato de palha ou fibra de buriti, carnaúba e tucum. Há pequena produção decorrente de olarias, ceras, caeiras. Faz-se, também, a exploração de jaborandi.

O setor terciário apresenta-se sem grande expressão, tendo na sede alguns comércios de maior vulto que funcionam simultaneamente como mercearias, mercadinhos e pequenos armazéns, que vendem sabonete, arroz, farinha, sabão, fumo, cigarro, bebida e até combustível.

De um modo geral, no setor terciário, o município continua ainda a ser abastecido por São José de Ribamar e São Luís, embora alguns produtos sejam abastecidos pela zona rural, no que tange à farinha de mandioca e ao milho.

Santo Amaro

Recém desmembrado do município de Primeira Cruz, a região de Santo Amaro abrange uma área de 1.253,9km². As atividades produtivas desenvolvidas na região concentram-se

no setor primário da economia, representadas pela agricultura, pecuária, pesca e o extrativismo vegetal.

Os meios de produção são de natureza essencialmente extensiva, empregando técnicas rudimentares e propiciando baixos níveis de produtividade. Os produtos agrícolas cultivados na região são o arroz, feijão, milho e mandioca. A pecuária é constituída de bovinos, caprinos, suínos e asininos.

A pesca tem um caráter fortemente sazonal, caracterizada pelo volume de água dos lagos que transbordam na época chuvosa.

A proximidade da rodovia MA-402, em fase de conclusão, deverá alterar profundamente o quadro sócio-econômico e ambiental da região.

Por se tratar de um município recente, exatamente quando foram publicados os últimos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 1996), não foi possível fazer uma análise da sua estrutura fundiária.

A população vive especialmente da pesca, da agricultura e de uma pecuária insignificante. A pesca é artesanal, praticada no rio Grande e nos lagos Jangada, Gurupiriba, Travosa e Betania. Nesta atividade, estão envolvidas aproximadamente 400 pessoas, das quais 155 fazem parte da colônia de pescadores locais.

A pecuária se desenvolveu nos campos naturais, encontrados nas proximidades dos lagos, principalmente na época da estiagem. São rebanhos inexpressivos de animais criados soltos, sem nenhuma assistência. Os pequenos rebanhos estão representados por bovinos, bubalinos, caprinos, suínos, que vivem soltos nos campos e nas várzeas. São utilizados especialmente para o abate local, embora comercializem às vezes, com os municípios circunvizinhos.

Os produtos agrícolas mais representados são arroz, feijão, mandioca, melancia, milho, banana e coco de praia, cultivados por métodos tradicionais em solo sem nenhum tratamento e sem a mínima orientação técnica.

A área cultivada com os produtos acima citados foi de 613ha, dos quais 70% foi dedicado à mandioca, 17,9% ao milho, 5,7% ao feijão, 3,3% ao coco da praia, 1,6% à melancia. Os demais produtos ocuparam áreas insignificantes, que não atingiram sequer 1% (Tabela 4.8).

A produção estimada foi de 2287 toneladas, das quais 93,9% foi de mandioca, 2,6% de milho, 1,9% de coco da praia. Os demais produtos não atingiram uma tonelada. A preferência pela mandioca está ligada a sua transformação em farinha, alimento básico da população e à facilidade de desenvolvimento do tubérculo em solo arenoso.

Tabela 4.8 - Área cultivada e produção agrícola do município de Santo Amaro do Maranhão.

| Produto | Área plantada/cultivada (ha) | Produção (ton) |
|----------------|---|-----------------------|
| Milho | 110 | 60 |
| Banana | 3 | 2 |
| Coco da praia | 20 | 43 |
| Arroz | 6 | 5 |
| Feijão | 35 | 9 |
| Mandioca | 429 | 2147 |
| Melancia | 10 | 21 |
| TOTAL | 613 | 2287 |

Fonte: IBGE (1996)

Barreirinhas

Segundo os dados fornecidos pelo Censo Agropecuário (IBGE, 1996), o município de Barreirinhas tinha, naquele ano, 2.853 estabelecimentos agrícolas que ocupavam 16.770ha. Do total de estabelecimentos, 52,27% estão com os proprietários, 4,62% com os arrendatários, 0,07% com o parceiro e 43,04% com o ocupante (Tabela 4.9).

Tabela 4.9 - Estabelecimentos Agrícolas com área e tipo de ocupação.

| Tipo de ocupação | Estabelecimento | Área (ha) |
|-------------------------|------------------------|------------------|
| Proprietário | 1.491 | 13.949 |
| Arrendatário | 132 | 180 |
| Parceiro | 2 | 2 |
| Ocupante | 1.228 | 2.639 |
| Total | 2.853 | 16.770 |

Fonte: IBGE (1996)

Quanto à área 83,19% são de proprietários, 1,07% são arrendamentos, 0,01% são parcerias e 15,73% de ocupações.

Levando em consideração que os arrendamentos e as parcerias ocorrem apenas com proprietários, o percentual de estabelecimentos destes aumenta para 56,9%, até porque os estabelecimentos arrendados ou de parceria são em número bastante limitado.

Quanto à área, praticamente não se altera, uma vez que as arrendadas ou de parceria são espaços íntimos, além do mais, o proprietário já tem o maior quinhão.

Observando-se que o solo pobre, a falta de tecnologia e a dificuldade de acesso à terra são elementos determinantes no baixo rendimento, o sem-terra ou ocupante que representa quase a metade dos estabelecimentos e que, em contrapartida, só ocupa 15,7% da área, não tem como sobreviver, a não ser o padrão de miséria característicos de regiões atrasadas.

A economia do município está ligada à pesca artesanal, à agricultura, ao artesanato e ao turismo. Na agricultura dedicam-se ao cultivo da mandioca, arroz, feijão, cana-de-açúcar, milho, banana, castanha de caju, coco-da-praia, laranja e melancia. Nessa atividade, estão registrados 8.932 trabalhadores, embora exista outra grande quantidade não legalizada.

Trabalham em terra devoluta, que, segundo informações do Sindicato, representam 80% das terras agrícolas do município. Os posseiros a ocupam através de associações locais (dos povoados) ou em decorrência dos loteamentos efetuados pelo ITERMA (Instituto de Terras do Maranhão).

Aqueles que utilizam terras de proprietários, além de pagar o foro (aluguel), trabalham gratuitamente durante três dias para o proprietário da terra.

Como pode ser observado na Tabela 4.10, o espaço rural de Barreirinhas em 1996, perfazia um total de 18.426ha, dos quais 21,4% eram ocupados com a agricultura temporária, 29,1% com agricultura permanente, 6,9% com pastagens naturais, 0,4% com pastagem plantada, 1,4% eram terras em descanso, 8,4% de matas e/ou florestas e 31,2% de terras produtivas não utilizadas.

Segundo informações do sindicato dos trabalhadores rurais, o município tem 8.932 trabalhadores legalizados, para os quais o órgão de classe presta assistência social, política e jurídica, resolvendo os problemas ligados à posse de terra, já que 80% da terra devoluta é

ocupada por posseiros. Estes evitam trabalhar em terras de proprietários, os quais, além de cobrarem o aforamento, exigem que o foreiro trabalhe gratuitamente durante três dias.

Pelos percentuais citados e pelos dados quantitativo da Tabela 4.10, verifica-se que há um significativo espaço representado por latifúndios improdutivo (terras produtivas não utilizadas) enquanto a agricultura permanente é que ocupa o maior espaço produtivo.

Partindo da premissa que cada informante é um agricultor, excluindo as 36 pessoas que prestam informações sobre matas e florestas naturais, obtém-se, um total de informantes envolvidos com uso de terra de 3.791 agricultores. Destes, 44% na agricultura temporária, 52,2% dedicam-se a agricultura permanente, 0,6% tem pastagem natural, 0,4% tem pastagem plantada, 0,9% reservam áreas como terras em descanso enquanto 1,9% são latifundiários com espaços improdutivo, verifica-se, portanto, que a maior concentração de trabalhadores está na agricultura, principalmente permanente.

Tabela 4.10 - Distribuição das terras agrícolas do município de Barreirinhas.

| Atividade | Área | Informante |
|----------------------------------|--------------|-------------------|
| Agricultura | | |
| Temporária | 3.897 | 2327 |
| Permanente | 5.361 | 2761 |
| Pastagem | | |
| Natural | 1.274 | 32 |
| Plantada | 264 | 28 |
| Terras em descanso | 283 | 50 |
| Matas e Florestas | | |
| Natural | 1.542 | 139 |
| Terras produtivas não utilizadas | 5.805 | 103 |
| Total | 9.168 | 352 |

Fonte: IBGE (1996)

Os principais produtos agrícolas cultivados no município por ordem de importância são: mandioca, castanha de caju, laranja, melancia, arroz, cana-de-açúcar, coco-da-praia, milho, feijão e banana (Tabela 4.11).

Com exceção da cana-de-açúcar e da melancia, todos os demais produtos apresentaram em 1996, uma diferença entre a área plantada e a área colhida, cujos fatores principais são a falta de tecnologia e o uso intensivo do solo sem nenhum tratamento para melhorar a produtividade.

A área plantada total foi de 12.809ha e a área colhida foi de 8.428ha, ocorrendo uma redução de 34,2%, sendo as maiores perdas registradas para a mandioca e o milho.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1996, a menor diferença entre a área plantada e a área colhida da castanha de caju se justifica pelo fato de ser uma cultura permanente.

A produção agrícola total foi de 26.745 toneladas das quais 79,9% foi mandioca, 5,2% castanha de caju, 3% laranja, 2,6% melancia, 2,1% arroz, 1,2% cana-de-açúcar, 0,8% milho, 1,2% coco da Bahia e 0,5% feijão (Tabela 4.11).

De todos esses produtos, o único exportado é a castanha de caju, vendida principalmente para o Estado do Ceará. A produção sai 90% beneficiados cujo preço varia de acordo com a época, tanto que, alguns produtores preferem deixar a fruta adquirir um melhor preço.

Os demais produtos são consumidos no próprio município ou na região, como por exemplo a mandioca, transformada em farinha.

Tabela 4.11 - Produção Agrícola de Barreirinhas com Área Plantada e Colhida.

| Produto | Área | | Produção (t) |
|------------------|---------------|---------------|---------------|
| | Plantada (ha) | Colhida (ha) | |
| Arroz | 920 | 553 | 551 |
| Cana-de-açúcar | 8 | 8 | 318 |
| Feijão | 845 | 503 | 134 |
| Mandioca | 6.123 | 3.368 | 21.353 |
| Melancia | 280 | 280 | 668 |
| Milho | 1.450 | 797 | 223 |
| Banana | 116 | 75 | 87 |
| Castanha de caju | 2.928 | 2.740 | 1.348 |
| Coco-da-bahia | 94 | 75 | 263 |
| Laranja | 45 | 29 | 780 |
| Total | 12.859 | 16.827 | 26.725 |

Fonte: IBGE (1996)

Praticamente de pouca importância na economia do município, a pecuária desenvolve-se nos campos de várzeas que surgem após as dunas, com o gado sendo criado solto e sem assistência. Destaca-se na região a criação de caprinos, que são utilizados na alimentação com muita frequência, dada a tradição de seu consumo pelos migrantes piauienses e cearenses.

Paulino Neves

O município de Paulino Neves, estruturalmente caracterizado como um município de pequeno porte, possui uma área de 1.198,3km², a qual foi recentemente desmembrada do município de Tutóia. O modo de organização social da população demonstra um padrão eminentemente rural. Apresenta uma infraestrutura precária, com uma economia estritamente baseada na pesca e agricultura. Os setores secundários e terciários são incipientes, ocasionando uma baixa arrecadação de impostos e reduzida geração de renda para a população.

As principais atividades econômicas do município são a pesca e agricultura. A pesca é praticada de maneira artesanal na zona costeira. Parte da produção é comercializada no próprio município ou em Tutóia, sendo o excedente exportado para o Ceará e Piauí.

A colônia de pescadores conta com 248 inscritos, mas segundo informações do presidente da mesma, existem mais de 600 profissionais não cadastrados.

A agricultura é tradicional e extensiva. Cultivam-se, preferencialmente, produtos alimentícios voltados para o consumo com exceção da castanha de caju e do coco da praia. Os demais cultivos estão voltados para o arroz, feijão, mandioca, melancia, milho, banana e laranja.

Os registros disponíveis mostram que a área cultivada foi de 3858ha, dos quais 48,3% foram ocupados com a mandioca, 19,3% com o milho, 15,2% com o feijão, 10,1% com caju, cuja fruta se extrai a castanha, que é exportada para o Ceará. A área ocupada com os demais produtos já citados foi inexpressiva, ocupando menos de 3% para cada um, conforme pode ser observado na Tabela 4.12.

Quanto à produção, a mandioca representou 80,7% do total de toneladas de produtos agrícolas produzidos, seguida pela laranja, com 6,8%. Os demais produtos não atingiram produção significativa.

A incipiente agricultura deve-se à pobreza do solo totalmente arenoso, em que pese a total inexistência de tecnologia moderna, insumos e implementos agrícolas. Assim sendo, a comunidade poderia ser orientada no sentido de plantar aquilo que corresponde a aptidão do solo e que tenha mercado garantido. Cita-se, por exemplo, a acerola, o coco da praia, o

abacaxi e outros vegetais que se desenvolvem satisfatoriamente em solos arenosos, bem como o caju, cuja polpa pode ser aproveitada para doces.

Tabela 4.12 - Produção agrícola de Paulino Neves.

| Produto | Área Plantada/Colhida (ha) | Produção (t) |
|------------------|-----------------------------------|---------------------|
| Arroz | 99 | 109 |
| Feijão | 583 | 583 |
| Mandioca | 1.863 | 9.315 |
| Melancia | 60 | 66 |
| Milho | 743 | 260 |
| Banana | 16 | 16 |
| Castanha de caju | 390 | 195 |
| Coco de Praia | 82 | 213 |
| Laranja | 22 | 781 |
| TOTAL | 3.858 | 11.538 |

Fonte: IBGE (1996)

Os trabalhadores são assistidos pelos seus sindicatos de classe, sendo 1736 profissionais associados, que lhes dá assistência no que se refere ao salário maternidade, aposentadoria por idade, auxílio doença e auxílio ao idoso.

Tutóia

O município de Tutóia está localizado no Delta do Parnaíba, distando 200km, em linha reta, da cidade de São Luís, com uma área de 1.429,8km². Teve sua origem no aldeamento dos índios Tremembés.

A produção agrícola do município está direcionada para a mandioca, arroz, milho e feijão, que são consumidos no próprio município. O porto da cidade desempenha papel fundamental na entrada e escoamento de produtos.

A pesca artesanal destaca-se como a atividade produtiva de maior relevância, tendo como principal recurso pesqueiro o camarão, que ocorre durante o ano inteiro apresentando um grande potencial de captura e comercialização.

Verificando a distribuição das terras agrícolas do município, observa-se que em 1996 cerca de 10.070ha estavam voltados para a agricultura, dos quais 48,2% em mãos de proprietários, 0,9% ocupados por arrendatários, 0,1% com parceiros e 50,8 % com ocupantes (Tabela 4.13).

Percebe-se que as áreas mais significativas estão nos dois grandes extremos, os proprietários e aqueles que não detém o título da terra. Os arrendatários e os parceiros mesmo representando áreas exíguas, são espaços que foram cedidos ou alugados pelo proprietário. Isso de um certo modo, leva a um equilíbrio entre as áreas de proprietários (49,2%, incluindo os arrendamentos e parcerias) e os ocupantes (50,8%).

Quanto aos estabelecimentos, ao todo são 5.123, dos quais 26,8% são proprietários, 1,2%, arrendatários, 0,2% parceiros e 71, 7% ocupantes. Esta última categoria representa o maior e mais significativa percentual cuja explicação pode ser encontrada no tipo de produção agrícola preferida pelo ocupante, a mandioca, enquanto o proprietário prefere outros produtos agrícolas.

Tabela 4.13 - Estabelecimentos agrícolas do município de Tutóia por tipo de ocupação e área.

| Titulação | Estabelecimento | Área (ha) |
|------------------|------------------------|------------------|
| Proprietários | 1,375 | 4.851 |
| Arrendatário | 64 | 88 |
| Parceiros | 9 | 13 |
| Ocupante | 3.675 | 5.118 |
| Total | 5.123 | 10.070 |

Nos dados fornecidos pelo IBGE para a classificação dessas terras, ao invés de proprietários, cita informante. Considerando-se que cada informante seja um proprietário, são ao todo 6.228 (Tabela 4.14).

Do total da área agrícola 10,6% estão voltados para a agricultura temporária, 67,7% para a agricultura permanente, 7,1% para a pastagem natural, 0,2% para a pastagem plantada, 3,4% são terras em descanso, 1% são matas e florestas e 11% são terras produtivas não utilizadas. Estas terras improdutivas são quase 1000 hectares, representando, para a realidade municipal, uma área de latifúndio.

Tabela 4.14 - Distribuição das terras agrícolas em Tutóia.

| Atividade | Área (ha) | Informante |
|----------------------------------|------------------|-------------------|
| Agricultura | | |
| Temporária | 1.040 | 906 |
| Permanente | 6671 | 4.978 |
| Pastagem | | |
| Natural | 697 | 29 |
| Plantada | 18 | 3 |
| Terras em descanso | 333 | 131 |
| Matas e Florestas | 96 | 14 |
| Terras produtivas não utilizadas | 994 | 167 |
| Total | 9.849 | 6.228 |

As principais atividades econômicas do município são a pesca e a agricultura. Segundo o presidente da Colônia de Pescadores, existem 1729 profissionais da área que são cadastrados, havendo, no entanto, aproximadamente 10.000 que não apresentam registro profissional.

Como apetrechos de pesca, usa-se a gozeira, caçoeira, puçá, linha, rede de arrasto e zangaria. Pesca-se todo o tipo de peixe, além do camarão e da lagosta, utilizando barcos a motor e a vela. A produção é exportada para Belém, Ceará, Rio Grande do Norte e para o Piauí. A menor parte fica no Maranhão.

Foi consenso dos entrevistados o grande prejuízo provocado por barcos que praticam a pesca de arrastões provenientes do Ceará, os quais capturam peixes e camarões miúdos, jogando-os fora. Segundo o depoimento dos pescadores, o fato já foi denunciado inúmeras vezes ao IBAMA e até o presente momento nenhuma medida foi tomada.

A agricultura é a segunda atividade econômica do município. Os principais produtos cultivados constam da Tabela 4.15.

Os dados de produção mais recentes são de 1996, quando se verificou que a área plantada e colhida foi de 6.593ha, dos quais a maior parte foi ocupada com a mandioca; 44,7%,

28,3% com o milho, 23,5% com o feijão, 1,7% com a melancia, 1,5% com coco da praia, 1,33% com o caju, 0,2% com laranja, 0,2% com banana e 0,1% com arroz.

De todos os produtos agrícolas, o que mais influi na economia é a comercialização da castanha de caju voltada para a exportação, produzindo renda líquida e menor desgaste físico do lavrador. O único trabalho que tem é manter os cajueiros mais ou menos limpo, enquanto os demais tipos de produção, além de requerer uma série de trato com a terra, só comercializam o excedente, sendo a maior parte consumida pelos agricultores.

A castanha de caju é comercializada para Fortaleza, enquanto os demais produtos são vendidos no próprio município.

Tabela 4.15 - Área plantada e colhida com os principais produtos agrícolas de Tutóia em 1996.

| Produto | Área Plantada e Colhida (ha) | Produção (t) | Produtividade (%) |
|-----------------|------------------------------|--------------|-------------------|
| Milho | 1760 | 616 | 0,35 |
| Banana | 15 | 17 | 1,13 |
| Caju (Castanha) | 88 | 25 | 0,28 |
| Coco da praia | 100 | 260 | 2,60 |
| Laranja | 16 | 600 | 37,50 |
| Arroz | 4 | 5 | 0,45 |
| Feijão | 1550 | 52 | 0,34 |
| Mandioca | 2950 | 14897 | 50,49 |
| Melancia | 110 | 75 | 0,75 |
| Total | 6593 | 17037 | 93.89 |

Fonte: IBGE (1996)

A pecuária é insignificante, dedicada à criação de cabras nos pastos naturais existentes após as dunas, próximas às restingas ou soltas nas áreas de várzeas. Os demais animais são criados unicamente voltados para montaria (cavalos e jumentos) ou como tração (boi).

A prática do extrativismo resume-se na coleta de murici na época de frutificação e na extração de folhas de carnaúba, que usam na cobertura das casas na área rural.

4.2.3 Caracterização da população

A presença marcante da população no meio rural, espacialmente distribuída em pequenos núcleos (povoados e vilas) constitui uma característica elucidativa da estrutura e forma de organização do elemento humano nativo na região e dos Lençóis Maranhenses (VS Consultoria e Planejamento, 1998).

O delineamento populacional dos municípios da zona de influência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses mostra que, em geral, a população rural estabelece assentamentos a partir dos limites das sedes municipais, ocupando preferencialmente os vales e as zonas das margens dos corpos d'água que drenam suas terras. Os assentamentos com um mínimo de infra-estrutura urbana correspondem basicamente as sedes dos municípios, sendo comum, sobretudo na periferia destas cidades, a população desenvolver atividades típicas da zona rural.

Humberto de Campos

Em 1991 a população de Humberto de Campos era de 20.071 habitantes, dos quais 17,50% estavam na área urbana e os demais na área rural. Do total de habitantes, 51% eram homens e 49% mulheres.

O recenseamento de 2001 registrou 21.265 habitantes, tendo, portanto, aumentado 5,9%. Do total de habitantes nesse ano, 29,2% estavam na área urbana e 70,8% na área rural, enquanto, em se tratando de sexo, 51,9% eram homens e 48,7%, mulheres (Tabela 4.16).

Tabela 4.16 - População de Humberto de Campos em 1991 e 2000.

| Anos | População | | | | | Densidade Demográfica (hab/km ²) |
|------|-----------|--------|--------|--------|----------|--|
| | Total | Urbana | Rural | Homens | Mulheres | |
| 1991 | 20.071 | 3.513 | 16558 | 10.237 | 9.834 | 8,28 |
| 2000 | 21.265 | 6.212 | 15.053 | 11.043 | 10.222 | 8,77 |

Fonte: IBGE (1991, 2000).

Etnicamente quase não se observa a presença de brancos e negros; o tipo predominante é o moreno, de estatura média, meio atarracado para os homens, enquanto as mulheres têm quadris largos, cinturas grossas, bustos fartos e braços grossos. O cabelo é liso e preto e os traços fisionômicos têm na sua maioria aparência indígena.

Primeira Cruz

O recenseamento de 1991 acusou para Primeira Cruz um contingente de 18.419 habitantes dos quais 28,9% viviam na zona urbana. Do total da população 57,8% eram homens. Já o censo de 2000 registrou 10.668 habitantes, 42,1% a menos que dez anos atrás.

A explicação para a diminuição da população está no desmembramento em 1996, do município de Primeira Cruz, para a criação do município de Santo Amaro. Quanto a população total, os homens representaram, no ano citado, 52,2% (Tabela 4.17).

Verifica-se, pelos dados citados, que a separação de Santo Amaro do Maranhão não influenciou na população urbana, que entre 1991 e 2000 aumentou 2,4%. Este fato pode ser justificado pelo êxodo rural e pela própria influência que a sede de Primeira Cruz exerce sobre o espaço urbano de Santo Amaro, que se refere à estrutura urbana, facilidade de comunicação e transporte.

Tabela 4.17 - Distribuição da população de Primeira Cruz em 1991 e 2000.

| Anos | População | | | | | Densidade demográfica hab/km ² |
|------|-----------|--------|--------|--------|----------|---|
| | Total | Urbana | Rural | Homens | Mulheres | |
| 1991 | 18.419 | 5.320 | 13.099 | 9.542 | 8.877 | 6,28 |
| 2000 | 10.668 | 3.335 | 7.333 | 5.571 | 5.097 | 0,47 |

Fonte: IBGE (1991, 2000).

O isolamento marcante da região colabora para que o tipo étnico, característico de descendentes indígenas, se acentue ainda hoje na população de Primeira Cruz. Assim como na maioria dos habitantes do Baixo Mirim, os de Primeira Cruz são morenos, cabelos negros e lisos, estatura média, corpos robustos, rostos redondos e queixo pequeno.

Santo Amaro

Criado em 1996, o primeiro levantamento do município foi o Censo de 2000, que acusou um total de 9663 habitantes, dos quais 29,1% estão na área urbana e os demais na área rural (Tabela 4.18).

Do total da população, 51,4% são representados por homens, uma vez que a migração principal é de mulheres, que procuram as cidades, pela certeza de trabalho garantido, como doméstica.

Tabela 4.18 - População de Santo Amaro do Maranhão em 2000.

| Distribuição | Habitantes |
|---------------------|-------------------|
| Urbana | 2.814 |
| Rural | 6.849 |
| Homens | 4.970 |
| Mulheres | 4.693 |

Fonte: IBGE (2000)

Destaca-se no município morenos com pele azeitonada, cabelos lisos e negros, estatura média, rostos arredondados. Estes são descendentes principalmente de índios que habitavam a região, especialmente em Primeira Cruz.

Observa-se, no entanto, um número significativo de brancos ou seus descendentes que apresentam pele amorenada por viverem expostos ao sol. Estes são descendentes de migrantes nordestinos que ocuparam a área, através de Barreirinhas.

As várias tonalidades de pele morena assim como o encaracolado dos cabelos, é resultado dos vários cruzamentos entre os dois troncos étnicos que inicialmente ocuparam a região.

Barreirinhas

Em 1991, o maior contingente populacional estava na área rural, com 74,9% da população, enquanto a área urbana detinha 25,1%. Os homens representavam um maior contingente, com 51,6%, enquanto as mulheres eram 48,4% (Tabela 4.19).

O espaço rural de Barreirinhas está distribuído em 204 sítios e 23 povoados. Os sítios contêm 4.733 residências e um total de 12.779 habitantes, enquanto os povoados apresentam 2.566 casas onde estão ao todo 9.509 moradores.

Com uma extensão de 2.477km² e uma população total de 29.640 habitantes, a densidade demográfica do município era de 11,96 habitantes por quilômetro quadrado.

Nove anos depois, embora o município tenha perdido 185,9km² (desta vez com a extensão de 2.291,1km²), a sua população total, no entanto aumentou em 32,4% especialmente na área urbana que alcançou o percentual de 43,3% em relação a 1991, enquanto a população rural aumentou somente 15,1%.

Por sexo, os homens que em 1991 representavam 52,6% da população, em 2000 aumentaram 24,2% enquanto as mulheres aumentaram 24,8%.

Tabela 4.19 - População do Município de Barreirinhas entre 1991 e 2000.

| Anos | Total | Urbana | Rural | Homens | Mulheres |
|-------------|--------------|---------------|--------------|---------------|-----------------|
| 1991 | 29.640 | 7.442 | 22.192 | 15.285 | 14.354 |
| 2000 | 39.260 | 13.119 | 26.141 | 20.175 | 19.085 |

Fonte: IBGE (1991, 2000).

A redução do território do município é devido à criação do município de Santo Amaro do Maranhão. Quanto ao aumento da população urbana, os fatores estão ligados a incapacidade produtiva do espaço agrícola, a invasão de barcos pesqueiros do nordeste, especialmente do Ceará, que desenvolvendo uma pesca totalmente mecanizada, provocou

a expulsão do pescador artesanal, que se encontra praticamente privado da coleta nas áreas mais próximas da costa.

Um outro fator significativo é o desenvolvimento turístico que se processa não só na área pesqueira como na área urbana. Várias praias que antes eram habitadas por pescadores, foram sendo invadidas por pousadas sofisticadas, expulsando assim o pescador artesanal.

Enquanto isso, a cidade se torna um atrativo para a mão-de-obra rural, que são deslocados para prestação de serviços e outras atividades, relacionadas à comercialização de produtos regionais.

A população do município é predominantemente de caboclos com uma incidência bastante significativa de brancos, resultado da migração maciça de nordestinos, principalmente piauienses.

Embora praticamente não sejam observados negros no município, há muitos morenos, cujas origens são certamente resultados dos cruzamentos sucessivos dos negros que participaram do processo de ocupação.

Paulino Neves

Em Paulino Neves, no ano de 2000, observou-se um total de 11.517 habitantes, dos quais 8.102 (70,3%) habitavam a área rural. Do total de habitantes, 51,9% eram homens, sendo o restante mulheres, apresentando, portanto, um certo equilíbrio entre a população de ambos os sexos. O grande percentual da população rural é explicado pelo recente desmembramento do município em 1996 e principalmente porque a sede urbana não fornece serviços, infraestrutura e mercado de trabalho, capazes de provocar o êxodo rural.

Como a extensão do município é 1.198,3Km², a densidade demográfica em 2000 foi de 9,61 habitantes por quilômetro quadrado.

Tutóia

Com uma extensão de 1429,8km² e uma população de 37.720 habitantes, o município de Tutóia apresenta uma densidade demográfica de 26,4 % habitantes por km². Comparando-se os dados de 1991, verifica-se que Tutóia teve, não só diminuída a sua população em 12,9%, como também a extensão territorial em 1.035,8km². Esse fato se explica pelo desmembramento do povoado de Paulino Neves, que se tornou município em 1996, como também impede que se faça uma projeção no crescimento da população do município, entre os censos de 1991 e 2000.

Da população atual, 30,8% está na área urbana e 69,2% na área rural. Quanto ao sexo, há uma predominância de 1,2% de homens em relação às mulheres, já que estas perfazem 51,2% da população total do município (Tabela 4.20). Essa diferença explica-se pela possibilidade que a mulher encontra de trabalhar como doméstica nos centros urbanos, possibilitando assim a emigração para aqueles centros mais desenvolvidos.

Tabela 4.20 - Extensão e População de Tutóia em 1991 e 2000.

| Anos | Extensão (km) | População | | | | |
|------|---------------|-----------|--------|--------|--------|----------|
| | | Total | Urbana | Rural | Homens | Mulheres |
| 1991 | 2.465,6 | 43.313 | 10.068 | 33.245 | 22.218 | 21.095 |
| 2000 | 1.429,8 | 37.720 | 11.605 | 26.115 | 19.314 | 18.406 |

Fonte: IBGE (1991, 2000).

Os habitantes de Tutóia são em sua maioria brancos, de cabelos e olhos claros, estatura mediana, embora se registre um número significativo de morenos, que, no entanto, não demonstra descendência africana, uma vez que têm os cabelos lusídios e negros ou então castanhos claros, daí presumir-se que alguns são de descendência indígena.

Os resultados obtidos pelo IBGE (2000), mostram alterações no quadro da distribuição da população residente na área de influência, como resultado da criação de novos municípios. Assim, após o desmembramento dos municípios de Primeira Cruz e Barreirinhas, para a criação dos municípios de Santo Amaro e Paulino Neves, respectivamente, foi observada uma diminuição da ordem de 42,1 % da população de Primeira Cruz e um acréscimo de 32,4 % da população de Barreirinhas.

No conjunto destes municípios, Barreirinhas concentra a maior parcela da população, cerca de 30,2% do total, seguido do município de Humberto de Campos com aproximadamente 16,3%.

No que se refere à distribuição e evolução da população nas zonas rural e urbana, foi registrado um modesto crescimento da população urbana, considerado mais expressivo no município de Barreirinhas, seguido de Humberto de Campos, verificando-se uma redução proporcional da população rural. Considerando que este crescimento foi pouco significativo, supõe-se que correspondam a movimentos migratórios internos, observados apenas nas áreas dos municípios no sentido campo/cidade (VS Consultoria e Planejamento, 1996).

A distribuição da população nas zonas rural e urbana dos municípios evidencia um predomínio da população rural. No município de Humberto de Campos foi registrado um total de 21.265 habitantes, com concentração de 6.212 (29,2%) na zona urbana e 15.053 (70,8%) na zona rural. Em Primeira Cruz observou-se um total de 18.626 pessoas, correspondendo a 5.706 (30,6%) na zona urbana e 12.920 (69,4%) na zona rural. Para o município de Barreirinhas, foi verificado 39.260 habitantes, sendo que 13.119 (33,4%) encontravam-se na zona urbana e 26.141 (66,6%) na zona rural. A cidade de Tutóia apresentou um total de 37.720 habitantes, correspondendo a 11.605 (30,8%) na zona urbana e 26.115 (69,2%) na zona rural.

Os índices que expressam a densidade demográfica, sugerem uma região fracamente povoada. Os dados disponíveis para o ano de 2000 mostraram que a distribuição da densidade demográfica para os municípios situados na zona de influência do Parque foram: Humberto de Campos (8,77), Primeira Cruz (0,47), Santo Amaro (7,82), Barreirinhas (17,1), Paulino Neves (9,6) e Tutóia (26,4).

Com relação à faixa etária de 15 a 64 anos de idade observou-se que para o município de Humberto de Campos 48,1% da população está neste intervalo, enquanto que para Barreirinhas foi observado 48,6% , Primeira Cruz apresentou 47,7% e Tutóia registrou 49,2%. Estas cifras apontam que mais de 50% da população do entorno do Parque está com menos de quinze anos de idade.

Com referência ao processo migratório não houve um incremento significativo entre os municípios do entorno, tomando como referência a razão entre pessoas migrantes e pessoas residentes, conforme os dados registrados pelo IBGE (1996). Entretanto, este movimento se acentua quando a corrente migratória é considerada a nível estadual, sobressaindo-se os municípios de Humberto de Campos e Primeira Cruz com 85,5% e 87,5%, respectivamente.

4.2.4 Características culturais

As tradições culturais e as festas populares dos municípios estão vinculadas às manifestações folclóricas e religiosas que acontecem durante cada ano.

No município de **Humberto de Campos** os festejos populares mais tradicionais são:
Festa do Divino Espírito Santo, realizada no povoado de Peria,
Festa de São José, protetor da cidade, realizada no mês de março.
Festa de Nossa Senhora de Santana, comemorada em 26 de julho.
Bumba meu boi – auto popular da região Norte/Nordeste
Tambor de Mina – festa religiosa de origem africana

No artesanato, destacam-se na produção local a utilização das seguintes matérias primas:
Palha de carnaúba, tucum e buriti – confecção de chapéus e esteiras
Couro – confecção de bainha de faca, selas, chicotes e sapatos
Madeira – colheres de pau, gamelas e imagens
Barro – potes, bilhas, panelas alguidares e jarros

Com relação à culinária destaca-se os pratos típicos preparados à base de carne assada e camarão cheio e as batidas de maracujá, jenipapo e tamarindo.

O patrimônio histórico do município é constituído pela Igreja Matriz São José do Peria e Imagens Religiosas do século XIX.

As manifestações tradicionais e populares de **Primeira Cruz** assumem grande significado no plano cultural do município, destacando-se:
Festas Religiosas – São Gonçalo, Nossa Senhora da Conceição, Cristo Rei, Santo Amaro e São Sebastião.
Manifestações Folclóricas – Bumba meu boi, Quadrilha, Dança do Coco e Tambor de Mina.
O artesanato local inclui a confecção de bolsas e chapéus de palha (fabricados com fibra de carnaúba, tucum e buriti), além da produção de colheres de pau, tamancos, redes, selas e alforjes.

Na culinária, são pratos típicos: caldeirada de camarão, torta de sururu, peixada, patinha de caranguejo a milanesa, vatapá, torta de caranguejo, caruru, galinha caipira ao molho pardo, arroz de coco e arroz de cuxá.

Representam o patrimônio histórico do município a Igreja Matriz de Primeira Cruz e uma antiga Cruz (*a primeira cruz chantada por portugueses e espanhóis em terras do Maranhão*) nas proximidades do cais da cidade.

As manifestações tradicionais e populares em **Barreirinhas** são: Dança de São Gonçalo, Bumba-meu-boi, Vaquejada Regional e as festas religiosas de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Rita.

O artesanato é bastante desenvolvido, sendo um dos mais ricos do Estado do Maranhão e de grande importância para o município, com grande exportação para outros estados brasileiros. Os bens utilitários fabricados e os variados acessórios são constituídos por:
Palha – redes, cintos, sacolas, esteiras;
Barro – tigelas, bilhas, alguidares, vasos;
Madeira – alguidares, talhas, móveis rústicos
Couro – bermudas, coletes para vaqueiros, bolsas, chapéus;
Coco – anéis, porta-retratos, xícaras, pires, pulseiras;
Linhas – rendas e redes.

A base da culinária local está sustentada nos frutos do mar, com destaque para a caldeirada de camarão, moqueca de peixe, peixe frito no leite de coco babaçu, peixe cozido, ova de camurupim e mariscos. Prepara-se também pratos típicos, como leitão ao molho pardo e galinha caipira.

No conjunto do Patrimônio Histórico, destaca-se a Fazenda Santa Cruz, construída no século XIX e a Igreja Matriz, onde se encontra um quadro pintado por Ruth Machado no início do século.

As tradições culturais do município de **Tutóia** são representadas por:

Nossa Senhora de Nazaré – festa religiosa padroeira da cidade.

Divino Espírito Santo – em Tutóia Velha.

Reisados – grupos de foliões de pastores que visitam as casas das pessoas mais hospitaleiras (realizada de 24/12 a 06/01).

Bumba-meu-boi – exibido no município desde de 1985, festa auto popular do norte/nordeste.

Dança do Carçoço – improvisação coreográfica e rítmica.

Pajelança – manifestação popular originária da cultura indígena.

Tambor de Crioula - manifestação popular originária da cultura africana

O artesanato é organizado em cooperativas que estão ligadas as associações de Araiões e Barreirinhas, sendo constituído de:

Palha - redes, cintos, sacolas, chapéus.

Couro – selas, bolsas, chapéus, chinelos, bermudas, coletes.

Coco – pires, copos, xícaras, anéis.

Chifres – anéis, pulseiras, copos.

Linhas – rendas e redes.

Conchas – colares, pulseiras, brincos.

A culinária é representada por pratos a base de peixes e mariscos acompanhados de farinha de mandioca, Maria Isabel, vatapá e aruana ao molho pardo, tendo como bebida típica a tiquira.

No Patrimônio Histórico destaca-se Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, trazida da Europa no século passado e a Igreja de Tutóia Velha, construída pelos índios.

Os eventos populares e tradicionais dos municípios de **Santo Amaro** e **Paulino Neves** estão inseridos nas manifestações religiosas e folclóricas dos municípios que lhes deram origem, ou seja, Primeira Cruz e Tutóia, respectivamente.

Festas Populares

As festas mais comuns são a vaquejada, em julho, bumba-meu-boi de orquestra, festa junina com quadrilha, dança do carçoço, Festa do Divino Espírito Santo e Festa de São Bernardo, esta no meio rural.

Os habitantes são principalmente católicos, não têm padre residente, sendo visitados esporadicamente por padres de Tutóia ou Barreirinhas.

Há duas igrejas católicas, sendo uma dedicada ao padroeiro da cidade, São Sebastião, festejado pomposamente em janeiro, e a outra dedicada a São João Batista, com festejos em junho.

As igrejas evangélicas Adventista, Assembléia de Deus e Universal do Reino de Deus também estão presentes.

4.3 POTENCIAL DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses dispõe de um considerável potencial de cooperação com ONGs da própria região de influência da Unidade de Conservação, como Natureza Viva do município de Barreirinhas, FURPA (Fundação do Rio Parnaíba – Parnaíba) e AMAVIDA sediada em São Luís. Além dessas organizações, as instituições de pesquisas pertencentes as Universidades Federal e Estadual do Maranhão, constituem-se

em parceiras definitivas para estudos que visem a ampliação de conhecimento dos recursos ambientais da Unidade.

Acrescenta-se ainda o enorme potencial cooperativo entre instituições internacionais como a UNESCO, WWF e IUCN que demonstraram interesse em fomentar estudos de caráter conservacionistas em ambientes de dunas.

4.4 PLANOS E EMPREENDIMENTOS EXISTENTES NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

Os planos e projetos previstos para a região envolvem as iniciativas pública (União, Estado e município) e privada. Em nível estadual destaca-se o Plano de Desenvolvimento Turístico Integral do Maranhão (Plano Maior) que se propõe a consolidar a atividade turística enquanto indutora de economia. Com efeito, tem-se a obra da MA-402 (Translitorânea) que pretende ligar São Luis às demais capitais da região Nordeste através do litoral ocidental, incluindo em sua rota as cidades de Rosário, Morros, Humberto de Campos e Barreirinhas. Esta rodovia facilitará a visita ao PNLM e, também, materializará a revalorização de terras, induzindo o uso e a ocupação do solo. Igualmente, vale notar que estas observações são válidas para o trecho Sede Municipal de Barreirinhas/Povoado de Atins onde é prevista a implantação de uma estrada que substituirá as duas vicinais existentes, transitáveis apenas no verão.

Na esfera municipal, a principal referência é concernente à Prefeitura de Barreirinhas que pretende construir um aterro sanitário, bem como implantar o plano diretor. O primeiro encontra-se em fase de estudo, enquanto o segundo está em fase de definição de propostas. A mencionada prefeitura tem o propósito de se articular com o Governo Estadual e este, por sua vez, com o PRODETUR-NE com o intuito de construir um aeroporto que comportará aeronaves comerciais e deverá consumir R\$ 10 milhões. No que tange à Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão, o objetivo é incrementar as ações das secretarias de turismo.

A iniciativa privada amplia suas estratégias no sentido de adquirir/alocar terras a fim de viabilizar o turismo. Este fato é mais expressivo em Barreirinhas, sobretudo em Caburé e Atins. Neste último povoado existe uma pousada construída e funcionando ativamente, uma embargada e outra em construção, a qual deverá ocupar uma área de 1,5ha. Em Primeira Cruz, um grupo argentino adquiriu uma ilha localizada próxima ao povoado Areinhas objetivando a edificação de uma pousada. Em Santo Amaro, as informações revelam que grupos europeus levantam dados a fim de comprarem terras e viabilizarem empreendimentos turísticos.

A União, com efeito, ao mesmo tempo em tenta induzir o uso e a ocupação do solo baseado no turismo através do PRODETUR-NE, por outro lado, almeja discipliná-lo por intermédio do IBAMA. Neste caso, merecem ser relevadas a construção do Posto de Informação e Controle (PIC) em Atins, assim como do Centro de Visitantes em Cantinho, ambos em Barreirinhas.

4.5 POTENCIAL DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Humberto de Campos

O município mantém 54 escolas do ensino fundamental, sendo cinco na sede, com um total de 6.630 alunos. O curso médio, sob a responsabilidade do Estado funciona no sistema Tele-sala, cujo corpo docente formado por seis professores, são todos de nível superior.

Os demais professores têm o curso médio – magistério. As escolas do meio rural estão instaladas em sua grande maioria, em barracões de meia parede cobertos de folha de buritizeiro ou então na residência do próprio professor.

O município mantém um hospital, recentemente reformado e ampliado, com seis enfermarias e um total de 24 leitos. O corpo profissional conta com três médicos, sendo que um reside na sede do municipal e os demais são trabalhadores temporários realizando visitas semanais ao município. Também, compõem o quadro duas enfermeiras com curso superior, quatro técnicos de enfermagem e dez práticas.

No meio rural estão instalados cinco postos, cujo funcionamento está sob os cuidados dos agentes de saúde, ao todo 25 para o espaço rural. Nesta área, os partos são realizados, principalmente, por parteiras leigas.

As cirurgias praticadas atualmente no hospital municipal são: cesariana, períneo, apendicite; os casos mais graves e urgentes são encaminhados de ambulância para São Luís.

Com a reforma do hospital, num breve futuro poderão ser feitos exames laboratoriais, fisioterapia, raios-X e outros exames.

As doenças mais freqüentes são verminoses, pneumonia, malária, dengue, diarreia, hanseníase, leishmaniose, tuberculose e doenças sexualmente transmissíveis.

A cidade não dispõe de esgoto. O abastecimento de água é feito pela CAEMA, em dias alternados, num total de 845 ligações, das quais 337 estão desativadas. A energia elétrica está sob a responsabilidade da CEMAR, 3.500 ligações na sede e 5.500 ligações na área rural, cobrindo na sede, aproximadamente 90% das residências.

Há instalações de telefone na cidade, com agências e postos de atendimento, nos povoados maiores.

Funciona na sede municipal um posto de gasolina, quatro farmácias, uma casa lotérica, padarias e duas borracharias.

A prefeitura mantém diariamente a coleta de lixo.

O comércio é pouco expressivo, resumindo-se a pequenas casas de venda a varejo, no estilo quitanda.

Há uma empresa de ônibus com linha diária, direta para São Luís, além de inúmeras vans que fazem o transporte alternativo. Ainda tem uma certa significação o transporte flúvio – marítimo, através de lanchas ou barcos a motor, diretamente para o posto de São José de Ribamar. Para o meio rural o transporte comum é um veículo com tração nas quatro rodas.

Primeira Cruz

Os dados referentes à educação são de 1999. As instituições de ensino na sede que operam a nível fundamental representam 06 estabelecimentos, dos quais dois são mantidos pelo Estado e quatro mantidos pelo município. Destes, 01 funciona nos três turnos, 02 com um turno e os demais com dois turnos.

O município dispõe ainda de um colégio do Ensino Médio, mantido pelo Estado, através do programa da tele-sala. Na sede estão 15 salas de aula, com 629 alunos.

No meio rural funcionam 75 escolas distribuídas entre o jardim até a 4ª série do fundamental, algumas em prédios próprios, outras em salas de residências da professora ou em barracões de meia-parede, com teto de folhas de buritizeiro. Estes estabelecimentos reúnem 2.133 alunos.

Funciona no povoado Areinha, um colégio de responsabilidade do estado, em um turno com 163 alunos.

Na cidade funcionam um posto de saúde e um hospital. O posto de saúde está sob a responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde, cuja principal função é imunização e exames sobre malária, verminose, hanseníase e calazar. Estas endemias, quando detectadas, são combatidas.

O hospital que funciona com recursos do município tem três enfermeiras e um total de 15 leitos, além de uma sala de parto e outra de cirurgia.

Existe um único médico, que não reside na sede, ficando no hospital 20 dias em cada mês. Além do médico há duas enfermeiras com curso superior, que ficam só dez dias cada uma na cidade.

Os demais profissionais são oito enfermeiras, uma de nível médio e as demais práticas, resultado de estágios que fizeram no hospital.

Embora a cidade conte com distribuição de água e energia elétrica, não foi possível obter informações a respeito, uma vez que os responsáveis por tais dados estavam ausentes.

Há 218 instalações de telefones residenciais.

Não há esgoto, as necessidades fisiológicas variam conforme a condição financeira da família, indo de fossas sépticas até ao relento.

Além da rede telefônica já citada, utilizam um único canal de televisão, cujas imagens vêm direto, ou através de antenas parabólicas, já que a cidade não dispõe de torre de redistribuição.

Utilizam só o transporte marítimo, com pequenas lanchas saindo diretamente para Humberto de Campos, num percurso entre 2 e 3 horas, ao preço de R\$ 2,00 por passagem.

Em Humberto de Campos, utilizam o ônibus, vans e veículos tracionados, para qualquer lugar que pretendam se dirigir.

Há também embarcações grandes, motorizadas que seguem diretamente para São José de Ribamar, num percurso que dura entre 8 e 12 horas.

A cidade conta com 2 restaurantes dos quais, um muito bom, agradável e ecológico. O cardápio é sadio, saboroso e barato, baseado principalmente em produtos do mar.

Há ainda uma farmácia, duas pequenas pensões e 5 bares.

Santo Amaro

Pode ser considerado com indústria local três padarias, cinco olarias artesanais, que funcionam só no período de estiagem, utilizando a argila retirada dos lagos locais. Fabricam-se telhas e tijolos, que comercializam, aquela a R\$ 130,00 e este a R\$ 85,00, o milheiro (valores de novembro de 2000).

O município tem cinco escolas na área urbana, das quais duas funcionam em dois turnos e três funcionam em um turno, todas do ensino fundamental atendendo a 527 alunos.

No meio rural estão 55 escolas, do pré-escolar até a 4ª série do ensino fundamental, das quais algumas estão instaladas nas residências dos professores e as demais em barracões provisórios, cuja matrícula para o ano de 2000 foi de 1125 alunos.

O corpo docente está distribuído em 22 professores na sede e 84 no meio rural. Destes, 15 tem o curso de magistério, os demais são leigos.

O estado mantém uma escola, com cinco salas de aula, funcionando em três turnos também do ensino fundamental, não tendo sido informado o número de alunos matriculados. O corpo docente do colégio estadual está distribuído em duas diretoras, nove professoras, das quais, sete foram cedidas pelo município.

Funciona na sede municipal um posto de saúde, cuja assistência é dada por um médico que não reside no município.

Não foi possível adquirir maiores informações por que tanto o médico como o secretário de saúde não estavam na cidade. Soube-se, no entanto, que além de consultas, fazem pequenas cirurgias. Todos os casos mais graves vão para São Luís e às vezes para Barreirinhas.

A distribuição da energia elétrica é de responsabilidade da CEMAR.

A cidade não tem água encanada. Todo o abastecimento de água é feito através de poços existentes no quintal das casas, com água retirada com o auxílio de bombas.

As necessidades fisiológicas são feitas em fossas negras ou então nas tradicionais sentinas de fundo de quintal, sendo ainda bastante significativo o número de residências que o fazem ao relento, protegido pela vegetação, não havendo portanto saneamento básico da maior espécie possível.

Barreirinhas

No município de Barreirinhas estão instalados 342 estabelecimentos de ensino, dos quais 341 são de ensino fundamental. Destes, dois são mantidos pelo Estado, dois são particulares e os demais estão sob a responsabilidade do município, sendo 174 funcionando na sede e 163 no espaço rural.

As duas escolas de ensino médio, uma é mantida pelo município e a outra é particular. O município mantém 236 salas de aulas, sendo 54,8% na área urbana e 32,2% no espaço rural, todas do ensino fundamental.

O ensino médio, que funciona na sede tem 29 salas de aula, sendo 52,6% de responsabilidade do município e 41,4% da escola particular.

Quanto aos alunos, o total de matrícula para o ensino fundamental no ano 2000 foi 17.782. Deste total, 56,8% é de responsabilidade do município na área urbana e 34% na área rural. O estado matriculou 8,8%, enquanto o colégio particular participou com 0,4%. O ensino médio funciona somente na área urbana. O registro das matrículas efetuadas totalizou 658 alunos, dos quais 83,4% em colégio do município e 16,6% no estabelecimento municipal.

Quanto a repetência, obviamente o maior índice está nos colégios municipais, já que estes atendem a maior parcela da clientela estudantil.

O total de repetências foi de 2943, dos quais 55,5% foram contabilizados os colégios municipais da sede e 32,9% no espaço rural.

A repetência nos colégios do Estado foi 8,5% e nos particulares 0,03%. Quanto ao ensino médio, o colégio municipal registrou onze casos, enquanto no particular todos foram aprovados.

O corpo docente, cujo total é de 526 professores, está dividido da seguinte maneira: 53,24% trabalham pelo município na área urbana, 42,01% na área rural, 3,23% fazem parte do quadro de servidores do Estado, enquanto 1,52% estão no colégio particular (Tabela 4.21).

Tabela 4.21 - Distribuição das salas de aula, docente e discentes no município de Barreirinhas.

| Discriminação | Município | | Estado Urbano | Particular Urbano | Total |
|--------------------|-----------|-------|---------------|-------------------|--------|
| | Urbano | Rural | | | |
| Escola | | | | | |
| Ensino Fundamental | 174 | 163 | 2 | 2 | 341 |
| Ensino Médio | 1 | - | - | 1 | 1 |
| Salas de aula | | | | | |
| Ensino Fundamental | 138 | 81 | 17 | 16 | 252 |
| Ensino Médio | 17 | - | - | 12 | 29 |
| Alunos | | | | | |
| Ensino Fundamental | 10.100 | 6.050 | 1.566 | 66 | 17.782 |
| Ensino Médio | 549 | - | - | 109 | 658 |
| Repetência | | | | | |
| Ensino Fundamental | 1634 | 1.057 | 251 | 1 | 2943 |
| Ensino Médio | 11 | - | - | 0 | 11 |
| Docentes | | | | | |
| Ensino Fundamental | 280 | 221 | 17 | 8 | 526 |
| Ensino Médio | | | | | |

Fonte: Supervisão de Estatística da GBH (2000)

A assistência à saúde está representada pelo Hospital São Judas, mantido por uma entidade filantrópica em convênio com o município através do SUS.

O corpo profissional é formado por três médicos, sendo um pediatra e dois clínicos gerais, permanecendo cada um deles 15 dias por mês na cidade, revezando-se sistematicamente, e dois atendentes treinados em São Luís, cabendo-lhes a atribuição de fazerem curativos, aplicar injeções, tirar pressão arterial, fazer nebulização.

O hospital tem ao todo são 76 leitos, distribuídos em 14 enfermarias, além de um isolamento para os casos de tétano e meningite.

As doenças mais freqüentes são infecção intestinal, gripe, tosse, pneumonia, derrame, registrando-se, no entanto, vários casos de hanseníase, leishmaniose, hemorragia e cancro.

Os casos de saúde mais graves são encaminhados de avião para São Luís, cujo transporte é financiado pela prefeitura municipal.

O meio rural tem 19 postos de saúde, dos quais 10 são mantidos pela ASDAP, uma associação criada pela Igreja Católica. Devido a inexistência de assistência médica no espaço rural, o trabalho ali restringe-se a curativos simples e aplicação de injeções.

A cidade não possui esgotos. As necessidades fisiológicas são depositadas em fossas domésticas.

O abastecimento de água é feito pela CAEMA (Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão), que mantém 2100 instalações domésticas, 28 públicas e 15 comerciais.

A iluminação pública está a cargo da CEMAR (Companhia Energética do Maranhão). Todo o espaço urbano é pavimentado em sua maioria por pedras unidas com cimento, e algumas áreas totalmente cimentadas, com coleta de lixo regular.

A TELEMAR (Telecomunicações do Maranhão) é responsável pela rede telefônica, com instalações domésticas e inúmeros aparelhos públicos espalhados na área urbana.

Paulino Neves

Há na sede municipal uma unidade de saúde. Não há médico no município, as consultas acontecem aos fins de semana, quando vem um médico que reside em São Luís. Há uma enfermeira com curso superior e algumas enfermeiras práticas. A maior assistência fica sob a responsabilidade dos 24 agentes comunitários que trabalham no espaço rural.

Os casos de saúde mais urgentes são encaminhados na ambulância para a cidade de Parnaíba – PI, distante 120km, num percurso que dura 3 horas, e onde a prefeitura mantém uma casa alugada com um funcionário encarregado para encaminhar os casos para os hospitais.

Segundo informações da enfermeira, os casos mais freqüentes de doenças são diabetes, hipertensão, verminose, tuberculose, hanseníase e alguns casos de AIDS de pessoas do município que residiam fora e para lá voltaram em situação terminal.

Quanto a postos de saúde, existem dois na zona rural. É preciso notar a influência das tradicionais parteiras que assistem as gestantes.

Um caso também digno de registro é a participação dos curandeiros na saúde, especialmente do Sr. Hermito Ferreira da Rocha, que opera verdadeiros milagres. Essa informação é dada por qualquer pessoa da sede. A equipe esteve em sua residência e constatou o grande número de pessoas que o procuravam. Em entrevista com o referido senhor, soube-se que, embora essa capacidade seja um dom, ele foi ajudado por vários médicos com quem conviveu muitos anos, e que o orientaram sobre sintomas e medicamentos para diversas endemias. A equipe coletou 50 vegetais medicinais usados por ele, adquirindo inúmeras receitas e indicações para determinados casos.

Na sede municipal funcionam cinco colégios, com um total de 15 salas de aulas, sendo um mantido pelo estado e os demais pelo município, dos quais um é do ensino médio, no sistema de tele-sala.

No colégio do estado onde estão matriculados 480 alunos, enquanto os colégios do município respondem por 1200 alunos.

No espaço rural, são 75 escolas com 183 salas de aula, algumas em prédios próprios, outros, improvisados em barracões de meia parede, de taipa e cobertos de folhas de buritizeiro, ou então as salas da residência do próprio professor (seis casos), todos funcionando em dois turnos, atendendo atualmente 3600 alunos, do ensino fundamental.

O corpo docente está assim distribuído: dois professores com curso superior (letras e história), 88 com magistério, 16 com científico, 60 leigos passando por processo de profissionalização.

A cidade não tem água encanada. É abastecida diretamente de água de poços ou retirada diretamente do rio sem nenhum tratamento.

A energia elétrica é precária, aproximadamente 80% das casas utilizam-na, entretanto, as ruas vivem praticamente às escuras.

As necessidades fisiológicas nas casas de melhor padrão são em fossas, nas demais são ao relento.

Não tem telefone, funcionando só um posto, embora existam instalados 51 orelhões e a promessa de instalação de 120 linhas no futuro. Segundo informações da funcionária do posto há uma média diária de 120 ligações.

O município tem uma assistente social que tenta minimizar a situação de população através de vários projetos como programa com os idosos através de um convênio com a UNIT (Universidade da Terceira Idade) da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de Goiânia, trabalho com artesãos de palhas do buritizeiro, conselho da criança e do adolescente, trabalho de capacitação dos jovens, distribuição de alimentos através do PRODEN (Programa de Desenvolvimento) para 881 famílias carentes, além de encaminhamento de idosos e deficientes para aposentadoria.

Por ter parte de sua área nos Lençóis Maranhenses, o município é beneficiado por uma grande área de dunas que inclusive cercam a cidade, podendo serem atingidas à pé, em menos de 5 minutos. Logo após as dunas há um número significativo de lagoas belíssimas.

Um outro atrativo turístico é o rio Novo, que passa pelo centro da cidade, penetrando nos quintais das residências ribeirinhas.

A rede hoteleira está representada por três pousadas: Pousada Velha, Paloma e Oásis dos Lençóis, que oferecem um certo conforto, com diárias entre R\$ 8,00 e R\$ 15,00, sem alimentação; as duas primeiras na avenida Paulino Neves e a última na avenida Rio Novo.

O município possui duas estações de rádio comunitário instaladas na sede e recebe imagens dos canais de televisão mais importantes.

O setor de transporte limita-se ao trajeto de ônibus diariamente para Tutóia ao preço de R\$ 3,00, na época de estiagem, enquanto no período chuvoso só podem deslocar-se através de um veículo tracionado (R\$ 5,00 por pessoa), pelo fato da estrada ficar tomada por inúmeros trechos de lagoas.

Quanto a estrada, é uma via carroçável, assentada em solo bastante arenoso, cuja estrada serpenteia entre a vegetação de várzea existente entre os dois municípios. Embora desconfortável, a viagem tem um certo sabor de aventura, graças à diversificação de paisagens, através dos oito rios ou riachos de água cristalina que cortam a estrada e dos inúmeros povoados, com bares e balneários, a exemplo do povoado Lagoinha em terras de Tutóia.

Tutóia

Segundo informações do professor José Agostinho Barbosa Neto, atual secretário de educação, o município tem 68 escolas, sendo seis na sede.

As escolas da sede estão distribuídas em duas no infantil, três do ensino fundamental e uma do ensino médio com habilitação em magistério. Todas funcionam em três turnos, exceto as de ensino infantil. Ao todo são 3609 alunos na sede.

O corpo docente da sede está distribuído entre 107 professores, dos quais oito com curso superior, sendo cinco com licenciatura e os demais com outras graduações.

Do restante do corpo docente, 50 estão fazendo o curso superior pelo PROCAD – UEMA, sendo 45 em pedagogia e cinco em letras. Os demais têm o curso de magistério. No espaço rural são 62 escolas das quais 43 funcionam em prédio próprio. As demais estão instaladas em barracões de meia parede, com cobertura de folha de carnaubeira ou então estão instaladas numa sala da casa do professor.

Trabalhando no espaço rural estão 490 professores, dos quais 158 têm o curso de magistério; os demais são leigos, cursando o magistério aos fins de semana, através de um convênio firmado com o colégio Santa Maria de Parnaíba-PI. Ao todo estão matriculados no meio rural, 10.003 alunos. Todos os colégios recebem merenda escolar e material didático.

Destaca-se ainda, o Projeto Alfabetização Solidária, no qual estão inscritos 500 alunos distribuídos em 20 turmas, todos na zona rural, desenvolvido em parceria com a ABEU – RJ (Associação Brasileira de Editoras Universitárias).

Na sede municipal funciona também uma escola particular com o fundamental e médio completos.

Em síntese, há 10.049 alunos matriculados na sede municipal, dos quais 928 no ensino infantil, 11.653 no ensino fundamental, 621 no ensino médio e 847 em educação de jovens e adultos (exceto a Alfabetização Solidária).

O município mantém um hospital com 11 enfermarias e um total de 41 leitos para adultos, além de quatro enfermarias com 15 leitos para pediatria. O corpo médico está representado por cinco profissionais, dos quais só um reside no município. Os demais são diaristas, trabalhando por plantão, dos quais três residem em Parnaíba e um em Brejo. Conta ainda com uma enfermeira graduada e 25 práticas. Além dos recursos próprios do município, o hospital mantém convênio com o SUS, que contribui com o envio de remédios.

As cirurgias praticadas no hospital são: apendicite, cesariana e perineo. Os casos mais graves são transferidos para Parnaíba, distante 125km, através das cinco ambulâncias do município. As doenças mais freqüentes são: diarreia, estômago, verminose, hanseníase, tuberculose, alguns casos de câncer e AIDS.

Na área rural estão construídos 14 postos espalhados pelo igual número de povoados com uma auxiliar com prática em enfermagem, além do mesmo numero de agentes de saúde que atuam em todo o espaço rural, isso sem incluir um significativo contingente de parteiras, mulheres do povo que detém o conhecimento empírico do ato de assistência ao parto. No meio rural consta de pequenos curativos, vacinas de todos os tipos exceto meningite para as quais são feitas exaustivas campanhas pelos agentes de saúde.

Funciona na sede também uma clínica particular, com consultas, exames de todos os tipos, radiografias, ultra-sonografias, raios X e cirurgias.

A cidade não tem esgoto nem canais para o escoamento de águas superficiais. O abastecimento de água é feito através da CAEMA, com água retirada do rio Bom Gosto, que fica a 12Km distante. Ao todo são 1645 instalações, das quais 980 estão cortadas por inadimplência. A distribuição é feita por bairros, em dias alternados.

A distribuição de energia elétrica é feita pela CEMAR, com cerca de 2258 instalações, das quais 15% temporariamente desligadas. Na sede municipal, 90% dos moradores consomem energia elétrica, enquanto no espaço rural, os povoados beneficiados são: Porto da Areia, Bom Gosto, Santa Rosa do Jardim, Poço d'Anta, São José, São João do Tomáz, Santa Rosa do Tomáz, Santa Rosa do Teodoro, São Bento, Currealinho, Belágua, Cocal, São Gregório, Barro Duro, Tutóia Velha e Cajazeira.

A cidade conta com sete pousadas, com diárias entre R\$ 6,00 a R\$ 35,00, com café da manhã. Tem dois postos de gasolina, três borracharias, cinco pequenos restaurantes, incluindo um self-service, uma casa lotérica, uma agência do Banco do Brasil.

Destaca-se na cidade de Tutóia, pela sua relevância social, o Sindicato dos Arrumadores de Tutóia, com área de ação extensa aos municípios de Araióses, Água Doce do Maranhão e Paulinho Neves com mais de 400 associados.

Quanto aos serviços prestados está o PIS, salário-familiar, perícia, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), auxílio doença, além de outros.

O município recebe imagem direta de televisão de São Luís, via satélite, com programas da Globo, Record, além do canal do Piauí, o meio-norte, que transmite a programação da Bandeirantes. Há quatro estações de rádio comunitário, sendo, duas na sede, uma no povoado Porto de Areia e outra em Barro Duro.

Circula na cidade o jornal da Associação da Rádio Tropical, cuja distribuição não tem data pré-determinada.

Funciona no município a rede de telefones da TELEMAR, com aproximadamente 300 instalações além de orelhões e vários postos nos povoados rurais.

A cidade de Tutóia mantém linha direta de ônibus com os seguintes lugares:

- ✓ Empresa Continental: três vezes ao dia, para Parnaíba-PI, num percurso de duas horas, durante 120Km, cujo preço de passagem atual é R\$ 7,00 (maio/2000).
- ✓ Transbrasiliana: duas viagens diárias para São Luís, num período de 10 horas, por R\$ 30,00; Brasília, e São Paulo uma vez por semana.
- ✓ Itapemirim: Rio de Janeiro, uma vez por semana.
- ✓ Tierino: Fortaleza, uma vez por semana.

Todos os ônibus acima citados saem da rodoviária municipal, a avenida Paulino Neves. Além desses transportes estão disponíveis vans e veículos tracionados que fazem linha direta para a área rural.

A potencialidade turística principal é a área dos Lençóis Maranhenses, cujas dunas podem ser alcançadas facilmente através de um pequeno percurso.

A outra atração é a estrada para Paulino Neves que corta toda uma área de vegetação de várzeas e, em todo o seu percurso são observados aproximadamente 10 rios de águas cristalinas e muito fria atravessando a entrada. No povoado Lagoinhas, próximo da cidade de Tutóia (dois quilômetros), há uma lagoa de grandes dimensões, perene, bastante procurada aos fins de semana, onde a presença de bares e restaurantes podem dar apoio aos visitantes.

Uma outra atração são os templos católicos, a exemplo dos de Tutóia Velha, Barro Duro entre outros. São Igrejas antigas, que fazem lembrar o estilo barroco, construídas pelos jesuítas quando por ali passaram, onde estão imagens belíssimas, algumas de madeira.

Levantar todo o histórico dessas construções, a passagem dos jesuítas, o objetivo de suas andanças, a exemplo do que já se fez em Santo Amaro do Maranhão, daria um material turístico de muita importância.

4.5.1 Características gerais da infra-estrutura básica da região de entorno

Como componentes da infra-estrutura básica existente na região, foram consideradas obras, equipamentos e/ou serviços oferecidos pela rede pública e/ou privada. Adotou-se como critério, para o exame destes aspectos, o grau de satisfação do atendimento das demandas sociais e processos econômicos das comunidades urbanas e rurais. Foram contemplados, principalmente, os aspectos da infra-estrutura: rodoviária, energia elétrica, saneamento básico (água e esgoto) e comunicações.

4.5.2 Infra-estrutura rodoviária e de transportes

As restrições de acesso e tráfego regulares e em condições seguras, constituem talvez, o mais importante obstáculo à integração econômica e desenvolvimento das potencialidades dos municípios que ocupam a porção nordeste do Estado.

Utilizando como principal meio de acesso, o transporte marítimo-fluvial, operado com baixos níveis de capacidade e eficiência. A região se mantém fortemente isolada, pela carência de infra-estrutura rodoviária, o que torna o sistema de transporte por via terrestre, precário e sazonal.

As principais alternativas de acesso terrestre ao município que se encontram na área de influência desse trecho da rodovia, considerando como ponto de partida a cidade de São Luís, são as seguintes:

- ✓ A partir da BR-135, utilizando a interseção com o município de Bacabeira, seguindo em estrada pavimentada até Rosário, com cerca de 59Km de extensão. Na seqüência, acompanhando o trecho em pavimentação, tem-se acesso ao município de Morros (distante de Rosário aproximadamente 22Km), e de Axixá (em torno de 29Km de distância rodoviária de Rosário). A partir da interseção com a MA – 402 no trecho Morros/Humberto de Campos, com extensão de cerca de 56Km é oferecido acesso aos municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, além de Santo Amaro do Maranhão, localizado a noroeste da área, através de vias secundárias.

A rodovia MA-402 foi concluída recentemente diminuindo o trajeto para a cidade de Barreirinhas que pode ser realizado em três horas.

- ✓ A partir da BR-135, até a interligação com a BR-222 no Entroncamento, com aproximadamente 100Km de distância, passando por Itapecuru-Mirim e Vargem Grande (70Km), até a interseção com a MA-226 na localidade de fazendinha (31Km) chega-se a São Benedito do Rio Preto (40Km) e Urbano Santos (20Km), prosseguindo pela MA-225 até alcançar a cidade de Barreirinhas, com aproximadamente 92Km de extensão.

4.5.3 Saneamento básico

Os serviços de saneamento básico existente na região limitam-se primordialmente ao abastecimento de água potável localizado nas sedes municipais, sendo prestado pelo poder público estadual, através da CAEMA, não dispendo de sistema de esgotamento sanitário.

O atendimento parcial da demanda de água potável e o não oferecimento de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários são fatores que contribuem para ao agravamento do quadro da saúde pública considerando bastante precário.

4.5.4 Fornecimento de energia elétrica

O serviço de energia elétrica é prestado pela CEMAR. O fornecimento atende prioritariamente as cidades/sedes municipais, beneficiando as populações assentadas na zona urbana.

Os resultados dos estudos apontam para o atendimento precário deste serviço às demandas locais.

4.5.5 Serviços de comunicação

A prestação de serviços de comunicação na região é oferecida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, através de suas agências distribuídas principalmente nas sedes municipais. Quanto às telecomunicações, os serviços são prestados pela TELEMAR, (recentemente privatizada), que atende principalmente, as cidades/sedes dos municípios,

através de postos telefônicos (públicos) e da concessão de linhas residenciais e comerciais. Na zona rural, apenas uma pequena parcela de usuários utiliza o sistema de telefonia rural disponível.

Um aspecto importante relacionado ao sistema de telecomunicações refere-se à recepção regular dos sinais de transmissão das principais redes de televisão, disponíveis no Estado, além de emissoras de rádio.

4.5.6 Aspectos da infra-estrutura básica

A rede de estabelecimentos de ensino implantada e em funcionamento, está localizada em sua maior parte nas cidades/sedes dos municípios, sendo composta por escolas de 1º e 2º graus. Destas, a maior parte é mantida pelo poder público municipal, havendo também, escolas públicas estaduais, além de estabelecimentos pertencentes à iniciativa privada não sendo suficiente para atender integralmente a demanda local.

De modo geral, o quadro traçado pelos indicadores disponíveis mostra que a educação está concentrada na instrução elementar/primária, oferecida primordialmente a população residente e adjacente às cidades/sedes, indicando por outro lado uma deficiência no atendimento da população assentada na zona rural, o que contribui para a elevada taxa de analfabetismo.

4.6 ASPECTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS

4.6.1 Primeira Cruz

O descobrimento do território de Primeira Cruz, no século XVII, é um fato histórico que reedita as circunstâncias do descobrimento do Brasil.

A cidade de São Luís foi fundada pelos franceses em 08 de setembro de 1612 e estes ali se estabeleceram, estruturando-se para permanecerem definitivamente, construindo fortificações, edificando casas, arsenais e principalmente, procurando merecer a confiança dos indígenas.

A expedição que os portugueses empreenderam ao Maranhão, a partir de 1613, após a fundação de São Luís pelos franceses, tinha finalidade específica, a prioridade na Conquista do Maranhão e, principalmente, a expulsão dos franceses do Maranhão, particularmente de São Luís onde já estavam sediados.

Comandada por Jerônimo de Albuquerque, que fora nomeado Capitão da Conquista e pelo Sargento Mor Diogo de Campos, a armada portuguesa preferiu o arrodeio e partindo de Pernambuco, Olinda, singraram pelos perigosos Parcéis de Parnaíba e Tutóia, preparando a estratégia de ataque, vindo sempre pela Costa, com a intenção de surpreender o adversário. Daí porque o Descobrimento do território de Primeira Cruz quase que similarmente ao descobrimento do Brasil, não aconteceu por acaso, uma vez que o rio Peria deveria ser um posto extremo de parada para a cilada da conquista.

Os relatos dos historiadores como Diogo de Campos, Bernardo Pereira de Berredo, João Lisboa, entre outros, são unânimes num ponto essencial: navegadores portugueses e espanhóis estiveram, de fato, no território que hoje pertence ao município de Primeira Cruz, durante cerca de nove dias, no período de 14 a 22 de outubro de 1614 e lá ergueram uma cruz, a primeira cruz chantada por portugueses e espanhóis em terras do Maranhão, originando daí o nome do município de Primeira Cruz.

Indubitavelmente, a própria persistência do uso da expressão, com base em fato histórico tão relevante e registrada por historiadores tão importantes, ao logo dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, acabou por consagrar a expressão como nome definitivo do lugar.

Embora tenha sido descoberta e fundada em 14 de outubro de 1614, não há registro oficial da população permanente de Primeira Cruz nos séculos XVII e XVIII, cogitando-se que a referida terra, como Humberto de Campos e o Vale do Munim, tenha sido habitada por índios e pescadores nativos ou mesmo por desertores da Jornada Milagrosa, chefiada por Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos.

Presume-se que nos dois primeiros séculos após a fundação, a população de Primeira Cruz haja sido flutuante, caracterizando-se as casas por rancharias de pescadores para estações de pesca. O historiador e geógrafo César Augusto Marques, em seu Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, afirma que Primeira Cruz já tinha habitação fixa em 1835, habitada por mais de 100 pescadores, que se agasalhavam em pouco mais de 20 casas.

Escrituras de propriedade de Campo Novo e Caeté, povoados antigos de Primeira Cruz, apontam para a hipótese de que o município foi povoado muito antes de 1835. Como Primeira Cruz foi durante muito tempo, Termo da Comarca de Humberto de Campos, sendo sucessivamente Distrito, Povoado e Vila do município-pai que era denominado Miritiba, presume-se que, do ponto de vista histórico, a certeza sobre as primeiras povoações desses municípios permanece obscura.

Primeira Cruz está enquadrada, desde de 05 de julho de 1992, na Área de Proteção Ambiental de Upaon-Açu/Miritiba e Auto-Preguiça, pelo Decreto Lei nº 12.428. Essa Área de Proteção Ambiental abrange, além do município de Primeira Cruz, os municípios de Humberto de Campos, Morros, Paço do Lumiar, Icatu, Axixá, Rosário, Santa Quitéria do Maranhão, Santa Rita, Presidente Juscelino, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, São José de Ribamar, Tutóia e Barreirinhas.

Após o desmembramento de Santo Amaro, o atual município de Primeira Cruz ficou bastante reduzido, limitando-se à Sede, Areinhas, Santaninha, Campo Novo, Caeté, Cassó, Santo Antônio, Aparecida e vários povoados pequenos nas imediações.

Na área em que compreende o Caeté e Santo Antônio estão as povoações Marciano, Palmeira, Camarão, Taboal, Junquinho, Campo Limpo, Queimadas, Boca do Campo, Terezinha, Rio Preto e Buriti.

Aparecida e Cassó concentram inúmeros pequenos povoados, entre eles Anajá, Espigão, Canta Galo, Santa Cruz, Onça, Cobra, Lagoa Grande, Junco, Olho d'Água, Pau-Vermelho, Cambota, Estiva, Ribeira, Lagoa do Urubu, Bacurizal, Buritizinho, Puba, Ronca, Papagaio, Centro Velho, Bom Jesus de Cima, Matão, Bolandeira, Joselino, Toco Preto, Bacabal, Oiteiro, Bacaba, Troncho, Buraçanga, Algodão, Rio Grande, Bom Passar, Vargem do Tanque, São Luís, Aguapé, Traíra, Sangrador, Maracujá, São José, Alagoinha, Espigão, Jaboti, Pescoço, Lino, Mata, Vicente e Móia.

Na área entre Areinhas e Campo Novo estão os povoados de Mairizinho, Cajueiro, Carnaubal, Olho d'Água, além de praias e ilhas nas circunvizinhanças, como Praia dos Veados, Ilha dos Veados, Veado, Ilha de Santaninha, Ilha do Cisqueiro, Ilha da Baleia, Morro dos Veados, Ilha Liliosa, Ilha do Pai Mané, Ilha da Areinha, Ilha do Monte Primo, Miritibinha, Ponta dos Mangues Verdes, Praia dos Lençóis Grandes e Dunas do Parque Nacional dos Lençóis.

4.6.2 Barrerinhas

Assim denominada devido à existência de dunas que ladeiam toda a extensão da área do município, que também eram chamadas de Barreiras e Ladeiras. O nome "Barreirinhas" foi oficializado em fins do século XVIII, recebendo oficialmente esse título no dia 10 de Outubro de 1835.

À margem do rio Preguiça, Barreirinhas faz parte integrante da microrregião da Baixada Oriental Maranhense. A sua criação, datada de 1858, quando foi desmembrada do município de Tutóia por força da Lei Provincial nº 841.

Foi elevada à categoria de vila pela Lei Provincial nº951, de 14 de junho de 1871, lei essa que transferiu para a povoação de Barreirinhas a sede da vida de Tutóia, então decadente, sendo o município de Tutóia suprimido em consequência deste ato, o qual foi somente restaurado a 29 de dezembro de 1890.

Constituiu termo judiciário de Tutóia até 1936, passando, no ano seguinte, para Araiões, figurando, em 1965, novamente como termo da comarca de Tutóia. O Distrito foi criado em 14 de junho de 1871, pela Lei nº951 e o Município, em 29 de março de 1938, pela Lei nº45.

Desconhece-se a data de penetração do homem no território. Admite-se, porém que tal penetração, ocorreu pelo rio Preguiças, em parte navegável, e por seus afluentes que permitiu o tráfego de pequenas embarcações. A fixação do homem na região foi determinada pela fertilidade das margens do citado rio e de seus afluentes, pelas pastagens e campos apropriados à criação de gado, pela abundância de peixes nos rios e lagos, bem como pela amenidade do clima.

Há quem admita, também, que a construção de uma ponte em 1849, sobre o rio Mucambo, como parte de uma estrada que vinha da comarca Campo Maior-PI à Brejo-MA e desta à Icatú-MA, contribuiu para o seu desbravamento.

A comunidade mais antiga pode ser constatada, através de sua povoação e existência de um “vestuto” cemitério, em Santo Antônio, onde provavelmente existiu um “engenho” de açúcar, movido a roda d’água, localizado à margem do rio Achuí, nos moldes de senhores e escravos, remanescentes de portugueses.

De acordo com o conhecimento popular o rio é denominado Preguiças em referência à existência, no passado, de muitos bichos-preguiças nas margens do rio, além do fato de suas águas correrem preguiçosamente. O rio Preguiças nasce no povoado Barra da Campineira, município de Anapurus e percorre mais de 120 km até desaguar no Oceano Atlântico.

Inúmeros fatores colaboraram para a ocupação do espaço onde atualmente está o município de Barreirinhas. Dentre eles, destaca-se a estrada que, partindo de Campo Maior no Piauí chegava até Brejo e que, atravessava o rio Mocambo, graças a uma ponte construída pelo governo imperial em 1849, alcançando Icatu. Referida estrada favoreceu a migração de pessoas para a área, motivadas principalmente pelas pastagens naturais existentes à margem do rio citado e pela disponibilidade de terras férteis para a lavoura, o que ensejou o surgimento de vários povoados.

Em 1835, outra estrada também proporcionou a ocupação; aquela que saindo de São Bernardo do Parnaíba, atual São Bernardo ia até a Freguesia de São José do Peria, atual cidade de Humberto de Campos, cujo espaço favorável à lavoura à margem dos rios das bacias do Preguiça e Peria, favoreceram o desenvolvimento desta atividade, enquanto as chapadas das proximidades de São Bernardo foram utilizadas para a pecuária. Essa segunda estrada possibilitou a navegabilidade do rio Preguiças e de seus afluentes e conseqüentemente a ocupação da área da qual se originou a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Barreirinhas, à margem do Rio Preguiças (atual cidade de Barreirinhas). Permitiu, também, a formação de alguns povoados rurais ribeirinhos: Santa Rosa, Barreira Velha, São Domingos, Alto Bonito e Santo Antonio, sendo este o mais importante pela produção de açúcar e aguardente e pela fazenda de gado da Companhia de Jesus, que ficava em suas imediações.

À margem dessa estrada surgiram os povoados rurais de Vertente, Buriti Amarelo e Santo Amaro, sendo este o mais importante, graças a criação lanígeros, vacuns, eqüinos e caprinos, enquanto os outros lugarejos dedicaram-se a agricultura.

Entre Brejo e Icatu, os povoados mais importantes foram Campineiras e Buritizinho, aquele pertencendo atualmente à Brejo e este a Urbano Santos.

Em 1858, registrou-se o surgimento dos povoados Cassó, Santa Cruz, São José, Olho d'Água, Morro Branco, Onça, Surrão e Bom Jesus. Referidos povoados, pela sua importância econômica, foram transformados em 1860 em sedes de quarteirão (o que equivale atualmente aos distritos).

A disponibilidade de terras, o clima, a fertilidade do solo, a piscosidade dos inúmeros rios e lagos e a facilidade de ocupação pelo mar à montante do Rio Preguiças foram fatores determinantes para que migrantes de vários Estados, principalmente do Piauí, se deslocassem para a área que, em meados do século XIX, já começava a apresentar uma embrionária distribuição urbana.

A Lei Provincial nº 481, de 18 de junho de 1858, criou o município de Barreirinhas, com território desmembrado de partes dos municípios de Tutóia, Brejo, São Bernardo e Miritiba, atual Humberto de Campos, sendo elevado à categoria de Vila pela Lei Provincial nº 851 de 14 de junho de 1871 transferindo para o povoado de Barreirinhas a Vila de Tutóia, desaparecendo ao mesmo tempo este município, devido a sua decadência econômica. Tutóia só teve a sua situação política resolvida em 29 de dezembro de 1890, quando o município foi restaurado.

Entre 1864 e 1928, Barreirinhas perdeu as terras de Cassó e Santo Amaro para o município de Humberto de Campos; Buritizinho para Morros, Surrão e Campineiras para Brejo.

4.6.3 Tutóia

O espaço territorial onde está localizado o município de Tutóia e, particularmente a cidade, é banhado pelo rio Tutóia. Este nasce no município de Araióses e deságua no braço de mesmo nome no lado ocidental do rio Parnaíba. Deduz-se, portanto, que o nome do município está diretamente ligado a essas duas vias hídricas.

Os primeiros habitantes do lugar foram os índios tremembés que, segundo Gonçalo Pereira Lobato e Souza eram “figurados, valentes e prestimosos”.

Espalhados esparsamente pela costa, vários pescadores, tinham o hábito de coletar ovos de gaivotas em uma ilha originada de uma coroa de areia que se formou na entrada da Baía de Tutóia, cuja ilha era denominada, Coroa de Gaivotas. Presume-se também que esses pescadores foram os primeiros habitantes, após os índios, a ocupar a região.

Em 1727, quando era governador do Maranhão o Capitão-General João da Mata da Gama, o povoado tinha “duas datas de seis léguas de terras, as quais foram medidas e demarcadas à custa dos próprios índios” .

Mais tarde, vários habitantes do Parnaíba resolveram mudar-se para as proximidades do povoado, instalando ali fazendas de criação bovina e de cavalos, cuja atitude provocou desentendimentos com os indígenas.

Um jesuíta, que tinha uma certa intimidade com os índios, dizendo-se interessado em ver terminado o desentendimento entre índios e fazendeiros, resolveu comprar as fazendas destes, passando, assim as referidas fazendas a pertencer aos padres da Companhia de Jesus.

Passado algum tempo, novo problema surgiu entre os jesuítas e índios. É que aqueles se apossaram de animais que pertenciam à igreja e transferiram para as suas fazendas assim como os animais dos índios, cuja marca era uma meia lua. Os jesuítas então resolveram criar também a sua marca, no caso um círculo com uma cruz dentro, que facilitou, pois, da meia lua do gado dos índios fizeram um círculo e colocaram a sua cruz. Ao tomar conhecimento do fato, o governador mandou que restituíssem aos índios, não só o gado como as terras também.

O povoado, que foi cenário desses acontecimentos, estava localizado a margem esquerda do rio Tutóia, no lugar onde o rio deságua no braço do delta do Parnaíba.

Graças ao porto que facilitava o escoamento da produção, o povoado prosperou, sendo elevado à categoria de vila em 1º de agosto de 1758 em ato assinado pelo governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza, recebendo o nome de Vila Viçosa, denominação que na realidade não pegou, prevalecendo o nome antigo.

4.6.4 Santo Amaro

Segundo depoimento prestado pelo Sr. Hilário Resende Ribeiro, 72 anos, um dos moradores mais antigos da cidade, o início da ocupação deu-se através dos jesuítas, que tinham sido expulsos de Tutóia, em virtude da ali terem desenvolvido já naquela época, grilagem.

Viajando pelo interior dos Lençóis Maranhenses, os jesuítas resolveram fixar-se no local e construíram um rancho. Depois, procuraram o proprietário das terras e pediram a doação do terreno, dizendo que todo o espaço que necessitavam correspondia ao traçado de um couro de boi, que espalharam no chão.

O proprietário aceitou e eles demarcaram o terreno em sua presença, tomando por base o tamanho do couro.

Depois que o proprietário foi embora, o couro foi colocado dentro d'água e cortaram em tiras muito finas, praticamente na espessura de uma linha e com o novelo adquirido foram demarcando o terreno. Fincaram mourões e iam espalhando as "linhas" de couro. Enquanto teve couro em linha o terreno foi demarcado, formando assim uma figura geométrica.

Como o lugar ficava muito distante da fazenda do proprietário, e a comunicação era difícil, especialmente pelo grande vazio demográfico, só bem mais tarde o fazendeiro tomou conhecimento do fato, expulsando os jesuítas.

Perseguidos por soldados da época, os jesuítas penetraram nas dunas e depois de vários dias acamparam próximo a uma pequena serra, chamada mais tarde de Morro do Espia, porque acampando ali, os jesuítas mantinham no morro um espião, que ao avisar da aproximação dos soldados, os jesuítas fugiram, acampando depois, definitivamente numa restinga próximo as dunas, onde o jesuíta mais antigo, de nome Amaro morreu. Assim, os demais deram ao lugar o nome de Santo Amaro em sua homenagem.

Depois de enterrar o jesuíta falecido, os demais se afastaram mais ou menos, um quilômetro e ali, com malas de couro, enterraram todo o ouro e dinheiro (moedas) que levavam, num lugar que foi chamado de Canto do Inferno e foram embora; deixando, no entanto, o Sr. Alfredo, um português que os acompanhava e que gostou muito do lugar.

Tempos depois, um determinado Sr. José Joaquim dos Anjos que morava em São Luís, teve que ir a Tutóia Velha para votar. Ali chegando apaixonou-se por uma jovem do lugar filha de um fazendeiro com a qual noivou, voltando, no entanto para São Luis, já que residia em Iguaíba. Um ano depois o Sr. Joaquim voltou para Tutóia para casar e na passagem hospedou-se com o Sr. Alfredo.

Como tinha gostado muito do lugar, o Joaquim foi buscar a esposa para morarem ali, mas a sua mãe que era viúva, não lhe deu a sua herança, entregando-lhe apenas 50 novilhas, 50 ovelhas e 50 cabras que José Joaquim levou para Santo Amaro, surgindo assim as três primeiras fazendas do lugar. Cajueiro, para a criação de bodes, Alto, para a criação de carneiros e a de gado, próximo ao que viria a ser mais tarde o povoado de Santo Amaro.

Pode-se considerar, portanto, o Sr. Joaquim como fundador da cidade, pois construiu ali uma igreja, marco inicial do lugarejo e que, embora reformada, ainda existe e para a qual o referido senhor adquiriu uma imagem de Santo Amaro.

Para facilitar o trabalho, o Joaquim comprou quatro escravos; Carlos, Domingos, José Carlos e Emídia, uma adolescente de 14 anos e que com a Lei Aurea foram libertados, embora Emídia tenha continuado com os ex-senhores.

Como não tivesse tido filhos com a Sr. Ana Joaquina, sua esposa, o Joaquim anos depois abandonou-a indo conviver maritalmente com a Emídia, ex-escrava, que lhe deu vários filhos, dentre os quais Raimundo Bruzaca e Gentil, ocasião em que o povoado já estava praticamente estruturado.

4.6.5 Paulino Neves

A história de ocupação do espaço onde atualmente localiza-se a cidade de Paulino Neves perde-se no tempo, uma vez que não se pode determinar com exatidão o início da ocupação.

Segundo informações do Sr. José dos Reis, antigo residente da cidade, os primeiros habitantes do lugar pertenciam à família Diniz, descendentes de portugueses ou de membros da família que habitavam a margem do Lago Taboa. Pouco a pouco novas famílias se fixaram na região. Entre estas estavam os Araújo Nolascos que, por serem mais abastados, dedicaram-se ao pastoreio caprino, bovino, ovino e eqüino, enquanto as famílias menos abastadas voltaram-se para a pesca.

À proporção que a população aumentava, deslocava-se para uma área rebaixada entre a restinga e a várzea, dada à facilidade de abertura de pequenas cacimbas para abastecimento de água. Nessa área rebaixada, entre a restinga e a várzea há o Lago Tabôa, grande e volumoso que, no passado, desaguava no rio Preguiças.

Em 1907, devido a uma grande estiagem, o nível de água do lago foi comprometido e teve sua comunicação com o rio Preguiças interrompida, principalmente porque o canal que permitia o acesso a este rio desapareceu, sendo o seu leito assoreado pelas dunas.

No ano seguinte, chuvas intensas fizeram o lago transbordar, inundando grande parte dos campos e várzeas. Impossibilitado de desaguar em decorrência dos efeitos da estiagem do ano anterior, gradativamente a massa líquida começou a escoar por um pequeno canal atravessando o campo e as várzeas dando origem a um novo rio, denominado de rio Novo. Inicialmente este era apenas um riacho de águas rasas, cuja travessia podia ser feita à pé, e com o passar dos tempos teve seu leito aumentado em largura e profundidade, tornando-se um rio soberbo. Na sede municipal adquire dimensões que se assemelham ao rio Preguiças, embora não seja observado tantos meandros quanto os daquele rio.

O rio Novo tornou-se um acidente físico místico, pois é comum entre os moradores da cidade a lenda contada pelos seus ancestrais que garantem ter ouvido ou olhado a mãe d'água. Das várias lendas existentes, a mais comum é a que narra modificações nas dimensões do rio após uma noite em que se ouviam muito barulho de caixa do divino, tambores e canções. De acordo com a lenda, ao amanhecer a população ficava surpresa

com as mudanças ocorridas no rio após cada noite, tornando-se a cada dia maior e mais profundo.

Das anotações do professor Enéas Miranda Conceição, de Barreirinhas, consta: “Importa-nos saber registrar o que os nossos antepassados contaram, quando afirmam fatos que chegaram a presenciar. Durante o decorrer da abertura do aventureiro rio, dias transcorriam sem nenhuma alteração, e para surpresa daqueles que observavam todas as noites, ouviam fortes troar de caixas, ribombar de tambores e vozes estranhas movimentavam aquela euforia festiva, marcando assim o avanço das águas até chegarem triunfantes ao oceano, cumprindo o capricho da mãe natureza”.

Quanto ao nome do município, o povoado rural escolhido para a sede municipal, era outrora denominado rio Novo. Este povoado, que se desenvolveu em ambas as margens do rio de mesmo nome tinha a parte da margem esquerda sob a jurisdição do município de Tutóia, enquanto a margem direita pertencia a Barreirinhas. Com a criação do município, parte da margem direita foi incorporada a esta nova comuna.

O nome Paulino Neves é uma homenagem prestada a um coronel latifundiário e influente político de Tutóia, tendo dirigido aquele município durante muitas décadas. No povoado existiam dois “domínios” políticos, ambos ligados ao coronel; do lado de Barreirinhas era o Capitão Joaquim Oliveira de Araújo e na parte de Tutóia o João Lopes.